E-BOOK

PROVA 2024.2 COMENTADA

SUMÁRIO

EBOOK – CFC 1

Lista de Questões 2

Questões Comentadas 18

Gabarito 80

EBOOK – CFC

Olá, pessoal, nós somos o Estratégia CFC e temos orgulho de já ter ajudado **milhares de alunos a serem aprovados no Exame de Suficiência** e espero que você seja mais um deles.

Os candidatos do exame foram surpreendidos com a contratação da banca FGV (Fundação Getúlio Vargas) com a organizadora da prova. Muitos estão com receio, pois essa banca tem a fama de elaborar as provas mais difíceis do Brasil.

Nesse material, vamos apresentar para vocês 250 questões comentadas dessa banca de diversas disciplinas, além de estatísticas de assuntos mais cobrados por ela.

É a nossa forma de te ajudar nessa importante missão que é a aprovação no Exame de Suficiência.

Os alunos dos cursos do Estratégia CFC terão acesso a muito mais: aulas completas escritas e em vídeo voltadas para o Exame de Suficiência, cursos extras de resolução de questões, resumos e muito mais.

Conheça a nossa preparação aqui: *https://www.estrategiaconcursos.com.br/curso/exame-cfc-essencial-2025-1-pacotaco-pacote-teorico-pacote-passo-estrategico/*

Equipe de Professores do Estratégia CFC (@estrategiacfc)

Telegram: https://t.me/estrategiaCFC

Lista de Questões

1. Um famoso escritor falou sobre a leitura:

A leitura é para a mente o que a ginástica é para o corpo.

Com essa frase, o autor quer dizer que

(A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.

(B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.

(C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.

(D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

2. Assinale a frase que mostra uma expressão de causa devidamente explicada.

(A) “De tanto que comeu, acabou passando mal”. / A expressão “De tanto que” apresenta a causa de algo como resultado da insistência de uma ação.

(B) “Graças à chuva, as ruas ficaram alagadas”. / A expressão “Graças a” apresenta a causa como algo positivo.

(C) “Ficou rico à custa de muito sacrifício”. / A expressão “à custa de” indica a causa de algo conhecido pelo interlocutor.

(D) “Como haviam viajado bastante, eram bastante informados”. / O termo “Como” indica a causa como algo posterior ao acontecimento.

3. Um povoado tem 50 habitantes, dos quais 30 são do sexo feminino. Se duas pessoas diferentes desse povoado forem aleatoriamente escolhidas, a probabilidade de que ambas sejam do sexo feminino é aproximadamente igual a

(A) 25%

(B) 35%

(C) 43%

(D) 60%

4. Um capital inicial foi investido por um período. Ao fim da aplicação, o rendimento nominal foi de 80%, do qual deduziu-se imposto sobre o ganho de capital. A inflação acumulada nesse período foi de 5%.

Se o ganho real dessa operação foi de 60%, é correto afirmar que a alíquota do imposto foi de

(A) 15%

(B) 17,5%

(C) 20%

(D) 22,5%

5. João vendera determinada mercadoria para Pedro, mas não recebeu o respectivo pagamento. Em razão da amizade que os unia, João estava relutante em ingressar com uma ação judicial para a cobrança do respectivo valor, mas, com a proximidade do prazo prescricional, ficou preocupado. Ao conversar com Pedro, foi dito a João que ele não deveria se preocupar, pois ele, Pedro, renunciaria à prescrição.

Ao analisar a disciplina estabelecida no Código Civil brasileiro, João concluiu corretamente que a renúncia que Pedro se propôs a realizar:

(A) não é admitida pela sistemática legal.

(B) deve ser expressa, sendo vedada a renúncia tácita.

(C) só pode ser realizada depois que a prescrição se consumar.

(D) pode ser realizada antes ou após a consumação da prescrição, sendo expressa ou tácita.

6. João e Maria, únicos sócios da sociedade empresária Alfa, da qual Pedro era o contador responsável, faleceram em um acidente automobilístico quando se dirigiam para Alfa, não se podendo averiguar qual deles faleceu primeiro. Como João e Maria mantinham uma relação de parentesco, o momento da morte influenciaria na vocação hereditária de um e outro, o que, por via reflexa, também teria reflexos na transmissão das cotas do capital social.

Nesse caso, ao analisar a sistemática estabelecida no Código Civil, Pedro concluiu corretamente que, na definição da ordem de

falecimento de João e Maria, deve-se presumir que

(A) o mais velho faleceu primeiro.

(B) o mais jovem faleceu primeiro.

(C) faleceram ao mesmo tempo.

(D) o que teve o inventário aberto antes faleceu primeiro.

7. Joana, contabilista, tomou ciência de que certo órgão colegiado de jurisdição administrativa, com competência para processar e julgar recursos interpostos contra decisões administrativas que tenham por objeto o imposto X, proferiu determinada decisão à qual a lei atribui eficácia normativa.

Após analisar o Código Tributário Nacional em relação à entrada em vigor dos efeitos normativos da referida decisão, Joana concluiu corretamente que tais efeitos devem ocorrer, salvo disposição em contrário,

(A) na data da sua publicação.

(B) trinta dias após a data da sua publicação.

(C) noventa dias após a data da sua publicação.

(D) no exercício financeiro seguinte à data da sua publicação.

8. Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 7, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os elementos abaixo, à exceção de um. Assinale-o.

(A) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.

(B) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.

(C) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.

(D) A peculiaridade de tratar-se de cliente imprevisto.

9. Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 8, avalie se nas propostas para a prestação de serviços profissionais devem constar explicitamente:

I. todos os serviços cobrados individualmente.

II. o valor de cada serviço.

III. a periodicidade.

IV. a forma de reajuste.

Estão corretos os itens:

(A) I e II, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, II, III e IV.

10. Avalie se o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 20, prevê as seguintes penalidades:

I. Advertência reservada;

II. Advertência pública;

III. Censura reservada;

IV. Censura pública.

Estão corretos os itens

(A) I e II, apenas.

(B) I, III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II, III e IV.

11. A ética é fundamental no exercício da contabilidade, pois garante a integridade, a transparência e a confiança nas informações financeiras divulgadas, aspectos essenciais para o bom funcionamento das empresas e a estabilidade econômica.

O papel da contabilidade na sociedade vai além do simples registro de transações, pois ela atua como um mecanismo de

(A) controle.

(B) auditoria.

(C) manutenção.

(D) aproximação.

12. Considerado um fato relevante divulgado por uma empresa de capital aberto, a perspectiva de alto potencial de entrada de benefícios econômicos futuros na aquisição de um novo ativo operacional resultou em um aumento (de R$ 4,50 para R$ 60,50

Dois meses depois, verificou-se que tal fato relevante era falso e que o acionista majoritário tinha conhecimento disso, o que resultou em prejuízo de bilhões de reais para entidade e foi tratado como crime contra o mercado financeiro.

Na divulgação inicial do fato relevante, a característica qualitativa fundamental que deixou de ser observada pela entidade foi a

(A) comparabilidade.

(B) prudência.

(C) verificabilidade.

(D) representação fidedigna.

13. Um investidor está analisando as demonstrações contábeis de uma sociedade empresária. O investidor tem disponível, para a sua análise, as demonstrações referentes a 31/12/2023, mas não as dos exercícios anteriores.

Nesse caso, o investidor não poderá verificar a seguinte característica qualitativa:

(A) relevância.

(B) tempestividade.

(C) comparabilidade.

(D) compreensibilidade.

14. Leia o fragmento a seguir:

Passivo é a obrigação _____ da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos _____.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

(A) futura / presente

(B) futura / passados

(C) presente / futuros

(D) presente / passados

15. A NBC TG Estrutura Conceitual – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO indica o conceito financeiro e o conceito físico de capital.

De acordo com a norma, a seleção do conceito apropriado de capital pela entidade deve ser baseada

(A) na forma jurídica dos atos e fatos contábeis.

(B) na essência econômica dos atos e fatos contábeis.

(C) nas determinações das entidades reguladoras.

(D) nas necessidades dos usuários de suas demonstrações contábeis.

16. Com relação à Resolução CFC nº 1.328/11, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais, Técnicas e Educacionais.

( ) As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem preceitos de conduta profissional, procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional e metodologia para o ensino adequado das normas.

( ) As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V.

(B) V – F – V.

(C) V – V – F.

(D) F – F – V.

17. De acordo com a NBC TG 27 (R4) – ATIVO IMOBILIZADO, o custo de um item do ativo imobilizado compreende, entre outros, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e as condições necessárias para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Entre os custos diretamente atribuíveis estão os custos

(A) de abertura de nova instalação.

(B) incorridos na introdução de novo produto ou serviço.

(C) com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

(D) da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes.

18. De acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeisde propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Com base nesse enunciado, leia o fragmento a seguir.

A materialidade depende da _____ ou _____ da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Assinale a alternativa cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

(A) rapidez - fonte.

(B) natureza - fonte.

(C) rapidez - magnitude.

(D) natureza - magnitude.

19. A NBC TG 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES ilustra o tratamento contábil quando uma obrigação presente ou possível da entidade envolve prazos ou valores incertos.

Com base na referida norma, relacione o tratamento dado a cada situação a seguir com seu reconhecimento e divulgação.

I. Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

II. Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.

III. Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

( ) Não é reconhecida nenhuma provisão e não há obrigatoriedade de divulgação.

( ) Deve-se reconhecer a provisão e divulgar em nota explicativa.

( ) Não é reconhecida a provisão, mas é divulgado o fato em nota explicativa como passivo contingente.

A relação correta, na ordem apresentada, é

(A) III – I – II.

(B) III – II – I.

(C) II – I – III.

(D) I – III – II.

20. Uma sociedade empresária pode elaborar sua Demonstração dos Fluxos de Caixa de acordo com o método direto ou com o método indireto.

De acordo com a NBC TG 03 (R3) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, a diferença entre as duas demonstrações elaboradas consiste somente na apresentação

(A) da atividade operacional.

(B) da atividade de investimento.

(C) da atividade de financiamento.

(D) do caixa e equivalentes de caixa.

21. Em 01/06/2024, uma joalheria adquiriu 40 anéis pelo valor unitário de R$ 800. O frete para a entrega e o seguro do transporte foram, respectivamente, de R$ 500 e R$ 1.600. Os valores foram pagos à vista pela joalheria.

O custo do estoque no balanço patrimonial da joalheria, antes do início das vendas, é de

(A) R$ 32.000.

(B) R$ 32.500.

(C) R$ 33.600.

(D) R$ 34.100.

22. Em 01/05/2022, uma loja de roupas pagou R$ 180.000 a terceiros, referentes ao aluguel antecipado de 3 anos do imóvel onde funcionava a sua loja, contados a partir da data de pagamento.

Em 31/12/2023, a despesa antecipada de aluguel no ativo realizável a longo prazo da loja era

(A) zero.

(B) R$ 20.000.

(C) R$ 60.000.

(D) R$ 80.000.

23. Em janeiro de 2024, a despesa relacionada a salários de uma sociedade empresária era de R$ 500.000. Desse valor, R$ 120.000 representava imposto de renda retido na fonte.

Assinale a opção que indica o lançamento contábil realizado em 31/01/2024 para reconhecer os efeitos decorrentes do fato, considerando que os salários da entidade são pagos no 5º dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

(A) D - Despesa de salários R$ 380.000

D - Despesa de IR R$ 120.000

C - salários a pagar R$ 500.000

(B) D - Despesa de salários R$ 380.000

D - Despesa de IR R$ 120.000

C - IR na fonte a recolher R$ 120.000

C - salários a pagar R$ 380.000

(C) D - Despesa de salários R$ 500.000

C - IR na fonte a recolher R$ 120.000

C - salários a pagar R$ 380.000

(D) D - Despesa de salários R$ 500.000

C - salários a pagar R$ 500.000

24. Assinale a opção que indica uma conta do passivo de uma entidade que não deve ser classificada como passivo circulante de acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

(A) Imposto de renda diferido.

(B) Empréstimo contraído de diretor.

(C) Receita recebida antecipadamente.

(D) Adiantamento recebido de sociedade controlada.

25. Uma loja de roupas funciona em um imóvel alugado de terceiros. A despesa com aluguel é classificada na Demonstração do Valor Adicionado da loja como

(A) insumos adquiridos de terceiros.

(B) remuneração de capitais próprios.

(C) remuneração de capitais de terceiros.

(D) depreciação, amortização e exaustão.

26. De acordo com a NBC TG 36 (R3) – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, o investidor, independentemente da natureza de seu envolvimento com a investida, deve determinar se é controlador avaliando se controla a investida.

Em relação ao controle, considere os itens a seguir:

I. Poder sobre a investida.

II. Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

III. Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

IV. Mais do que a metade das ações com poder de voto da investida.

O investidor controla a investida se possuir os atributos apresentados em

(A) I, II e IV, somente.

(B) I e III, somente.

(C) II, III e IV, somente.

(D) I, II e III, somente.

27. Um hospital localizado no Centro da cidade adquiriu um terreno ao lado de seu prédio para a construção de um estacionamento

para ser utilizado, exclusivamente, pelos pacientes, de modo a oferecer melhor atendimento.

No Balanço Patrimonial do hospital, o terreno deve ser classificado como

(A) Ativo Imobilizado.

(B) Ativo Realizável a Longo Prazo.

(C) Propriedade para investimento.

(D) Ativo não circulante mantido para a venda.

28. Com relação às Demonstrações Financeiras, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e modificações, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

( ) Nas demonstrações, não poderá haver agrupamento de contas semelhantes.

( ) As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, e o valor será considerado definitivo.

( ) As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – F – F.

(B) V – F – F – V.

(C) F – V – F – V.

(D) V – F – V – F.

29. O ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado ao que se afirma a seguir, com exceção de

(A) diferenças temporárias dedutíveis.

(B) diferenças temporárias tributáveis.

(C) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

(D) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

30. A Cia. Verde Amarela é uma empresa brasileira que vende objetos relacionados à Seleção Masculina de Futebol. Em 31/12/2022, a empresa apresentou lucro líquido de R$ 800.000 em sua Demonstração do Resultado do Exercício. No entanto, estimou que o lucro apresentaria uma redução de 80% em 2023.

Com a finalidade de segregar uma parcela do lucro em 2022, a Cia. Verde Amarela poderia constituir, em 31/12/2022,

(A) reserva para contingências.

(B) reserva de lucros a realizar.

(C) reserva de lucros para expansão.

(D) ajuste de avaliação patrimonial.

31. Um curso de idiomas oferecia aulas de inglês, espanhol e japonês. Em 2024, a gerência do curso resolveu extinguir a oferta de aulas de japonês e espanhol, passando a oferecer apenas aulas de inglês. A reorganização dos cursos teve efeito material na natureza e no foco das operações do curso, de modo que foi constituída uma provisão para reestruturação.

Assinale a opção que indica gastos que podem ser incluídos no valor da provisão.

(A) Novo treinamento da equipe permanente.

(B) Investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

(C) Gastos incrementais de marketing relacionado ao curso de inglês.

(D) Indenização aos proprietários das salas onde eram ofertados os cursos e que deixaram de ser utilizadas.

32. Em 01/01/2020, uma sociedade empresária adquiriu uma van para transportar os seus empregados por R$ 300.000. A vida útil foi estimada em 15 anos e não foi considerado valor residual.

Em 2023, essa van apresentou diversos problemas que ocasionaram gastos de R$ 24.000 com reparos. Por conta dos problemas, a sociedade empresária decidiu comprar uma nova van e, em 31/12/2023, vendeu a antiga por R$ 250.000.

O lucro obtido com a venda da van, considerando que a sociedade empresária utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados, foi de

(A) R$ 6.000.

(B) R$ 10.000.

(C) R$ 28.000.

(D) R$ 30.000.

33. Uma sociedade empresária elaborou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício:

Receita de Vendas	100.000
Custo dos produtos e serviços vendidos	-50.000
Lucro bruto	50.000
Outras receitas	20.000
Despesas de vendas	-5.000
Despesas administrativas	-10.000
Outras despesas	-12.000
Resultado antes dos tributos	43.000

De acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a demonstração é elaborada de acordo com o método da

(A) função da despesa e não é necessária divulgação adicional.

(B) natureza da despesa e não é necessária divulgação adicional.

(C) função da despesa e a sociedade empresária deve divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas.

(D) natureza da despesa e a sociedade empresária deve divulgar informação adicional sobre a função das despesas.

34. Em 31/12/2023, uma loja de cosméticos apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Disponibilidades:.....R$ 55.000;

Estoques:.....R$ 30.000;

Clientes:.....R$ 20.000;

Equipamentos de Informática:.....R$ 45.000;

Salários a pagar: .....R$ 15.000;

Empréstimos: .....R$ 35.000;

Capital Social: .....R$ 120.000;

Prejuízos Acumulados: .....R$ 20.000.

No primeiro trimestre de 2024, aconteceram os seguintes fatos:

• Venda, à vista, de todo o estoque por R$ 80.000;

• Recebimento do saldo dos clientes;

• Venda, à vista, dos equipamentos de informática por R$ 60.000;

• Pagamento dos salários do ano anterior;

• Pagamento do empréstimo bancário contraído;

• Reconhecimento e pagamento de despesas gerais por R$ 100.000.

Em relação ao primeiro trimestre de 2024, é correto afirmar que a atividade operacional

(A) gerou fluxo líquido de caixa no montante de R$ 10.000.

(B) gerou fluxo líquido de caixa no montante de R$ 45.000.

(C) consumiu fluxo líquido de caixa no montante de R$ 15.000.

(D) consumiu fluxo líquido de caixa no montante de R$ 35.000.

35. Avalie se as divulgações relacionadas aos estoques de uma sociedade empresária devem incluir:

I. valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;

II. valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;

III. valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade.

De acordo com a NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, está correto o que se afirma em

(A) I e II, somente.

(B) I e III, somente.

(C) II e III, somente.

(D) I, II e III.

36. As Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e alterações.

Sobre as Notas Explicativas, analise as seguintes afirmativas:

I. As Notas Explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

II. É obrigatória a indicação de eventos subsequentes à data de encerramento do exercício, mesmo aqueles que não tenham efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

III. A entidade pode retificar políticas contábeis inadequadas por meio da divulgação de notas explicativas.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, apenas.

37. Uma empresa comercial apresentou, no mês de abril de X0, as seguintes movimentações em seu estoque:

Data	Movimentação
01.04	Estoque Inicial: 200 unidades por R$ 10 a unidade
08.04	Compras de 210 unidades por R$ 12 a unidade
10.04	Devolução de compras em 08.04: 50 unidades
12.04	Vendas de 150 unidades por R$ 22 a unidade
17.04	Devolução de vendas de 10.04: 30 unidades
22.04	Compras de 150 unidades por R$ 15 a unidade

Considerando que a empresa utilize o método PEPS para controle de estoques, assinale a opção que contenha o Custo das Mercadorias vendidas para o período e o valor do estoque final em 30.04.X0, respectivamente. Desconsidere quaisquer aspectos tributários.

(A) R$ 1.500; R$ 3.770.

(B) R$ 1.200; R$ 4.970.

(C) R$ 1.500; R$ 4.970.

(D) R$ 1.200; R$ 3.770.

38. Uma indústria fabrica um determinado produto cuja produção passa por dois departamentos até ser finalizada. Em junho de 2024 foram extraídos os seguintes dados dos controles internos dessa indústria:

	Departamento 1	Departamento 2
Saldo inicial	0	0
Unidades iniciadas em junho	100.000	80.000
Unidades finalizadas em junho	80.000	40.000
Matéria-prima (R$)	120.000	80.000
Matéria-prima (kg)	100	40
Mão - de - obra direta (R$)	140.000	100.000
Mão - de - obra direta (hora)	120	180
Estágio de fabricação	60%	10%

Os custos indiretos de fabricação totalizaram R$ 500.000 e são apropriados aos departamentos com base na quantidade de horas de mão-de-obra direta.

Considerando-se exclusivamente os dados acima e levando-se em consideração o conceito de equivalente de produção, o custo unitário da produção finalizada em junho de 2024 foi de

(A) R$ 15,91.

(B) R$ 20,00.

(C) R$ 22,00.

(D) R$ 25,00.

39. A empresa Montes Altos S.A., que planeja e controla seus custos utilizando o custo padrão, levantou as informações abaixo referentes ao mês de junho de 2024:

Itens	**Custo Padrão**	**Custo Real**
Matéria prima	20 kg a R$ 10,00/kg	19 kg a R$ 11,00/kg
Mão de obra direta	2 h a R$ 20,00/h	3h a R$ 18,00/h
Embalagem	10 folhas a R$ 1,00/folha	10 folhas a R$ 0,90/folha
Custos indiretos	R$ 30.000,00	R$ 32.000,00
Unidades produzidas	15.000	14.900

Considerando apenas as informações apresentadas, a variação de preço unitária da matéria prima foi, em reais, de

(A) R$ 19,00 desfavorável.

(B) R$ 19,00 favorável.

(C) R$ 20,00 desfavorável.

(D) R$ 20,00 favorável.

40. A empresa Recife Contabilidade e Assessoria Ltda. oferece dois tipos de serviços contábeis: Legalização de Empresas e Escrituração Contábil. A empresa projeta os seguintes volumes anuais de serviços para cada categoria: Legalização de Empresas: 10 projetos por ano; Escrituração Contábil: 20 empresas por ano.

Os custos diretos e o preço cobrado por cada serviço são os seguintes:

Serviço	Custos Diretos	Preço do serviço
Legalização de Empresa	R$ 2.500 por projeto	R$ 10.000 por projeto
Escrituração Contábil	R$ 15.600 por empresa/ano	R$ 36.000 por empresa/ano

A empresa verificou que os custos indiretos, que totalizavam R$ 265.000 ao ano, se referiam às seguintes atividades:

• Captação de clientes: R$ 25.000 por ano

• Análise documental: R$ 50.000 por ano

• Elaboração e emissão de relatórios: R$ 190.000 por ano

A administração fez um levantamento dos direcionadores de custos anuais dessas atividades. São eles:

Direcionadores	Legalização de empresa		Escrituração contábil		Total
	Qtd	%	Qtd	%	
Tempo de captação de clientes (em horas)	12.960	60%	8.640	40%	21.600
Número de lotes de documentação analisada	9.225	25%	27.675	75%	36.900
Número de relatórios elaborados e emitidos	636	1%	62.964	99%	63.600

Diante desses dados, o custo total anual do serviço Legalização de Empresa usando o Custeio Baseado em Atividades

(ABC) é de

(A) R$ 31.900.

(B) R$ 54.400.

(C) R$ 29.400.

(D) R$ 47.821.

41. Um analista realizou a análise horizontal do balanço patrimonial de dois supermercados com a finalidade de recomendar oninvestimento em um deles.

Um fato que pode ser constatado diretamente por meio dessa análise é

(A) a diminuição das despesas de salários.

(B) o aumento das obrigações com terceiros.

(C) a mudança na composição do resultado obtido.

(D) a abrangência do ativo circulante em relação ao total do ativo.

42. Em 31/12/2023, um supermercado apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Clientes (60 dias):.....R$ 20.000;

Estoque de produtos não perecíveis: .....R$ 30.000;

Estoque de produtos com data de validade de até 90 dias:.....R$ 40.000;

Disponibilidades:.....R$ 50.000;

Estoque de produtos com data de validade de 91 a 360 dias: .....R$ 60.000;

Fornecedores (90 dias): .....R$ 70.000;

Empréstimos (720 dias): .....R$ 130.000;

Móveis e utensílios: .....R$ 150.000;

Patrimônio Líquido: ..... R$ 150.000.

A liquidez imediata do supermercado em 31/12/2023 foi de

(A) 0,71.

(B) 1,00.

(C) 1,29.

(D) 0,25.

43. Em 01/01/2024, o Governo de um Estado assinou um contrato com uma entidade terceirizada para a construção de uma nova linha de metrô. De acordo com o contrato, o Governo deverá pagar R$ 800 milhões ao longo de dez anos, e a obra tem previsão de duração de 4 anos.

No momento da assinatura do contrato, o impacto no Balanço Patrimonial do Governo será:

(A) nenhum.

(B) aumento e diminuição de R$ 800 milhões no ativo.

(C) aumento de R$ 800 milhões no ativo e no passivo.

(D) diminuição de R$ 800 milhões no ativo e no patrimônio líquido.

44. De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), entre os objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

A natureza de informação de controle registra, processa e evidencia os atos de gestão com função específica de controle, bem como aqueles

(A) cujos efeitos são apenas de longo prazo.

(B) relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

(C) cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.

(D) relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.

45. As receitas orçamentárias podem ser classificadas como Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Assinale a opção que indica apenas receitas correntes.

(A) patrimonial e agropecuária.

(B) patrimonial e alienação de bens.

(C) operações de crédito e agropecuária.

(D) alienação de bens e operações de crédito.

46. Em relação a compliance, analise as afirmativas abaixo:

I. Compliance é a busca permanente de coerência entre aquilo que se espera de uma organização e o que ela, de fato, pratica no dia a dia.

II. O programa de compliance de uma organização deve abranger um conjunto de mecanismos e procedimentos, políticas, diretrizes, código de conduta, canal de denúncias e demais instrumentos com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios de conduta, fraudes, atos de corrupção, lavagem de dinheiro, atos ilícitos praticados contra a administração pública, dentre outras questões.

III. Os auditores externos (independentes) devem se comprometer e apoiar o fomento da cultura ética e o fortalecimento do programa de compliance da organização que auditam.

IV. O comitê de auditoria estatutário deve declarar ostensiva e publicamente a importância dos valores e das políticas que compõem o programa de compliance da organização, atuando sempre de maneira inequívoca e coerente com aquilo que pregam.

Estão corretas as afirmativas

(A) I, II e III.

(B) II e IV, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) III e IV, apenas.

47. A Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração define os objetivos e elementos essenciais dos serviços de auditoria, destacando a importância de uma abordagem sistemática e disciplinada na emissão de opiniões.

Os dois tipos de trabalho de asseguração são

(A) a Direta e a Indireta.

(B) a Limitada e a Direta.

(C) a Razoável e a Indireta.

(D) a Limitada e Razoável.

48. O auditor João Batista, ao realizar um trabalho de auditoria para a AXT Ltda., constatou deficiências no controle interno da entidade e, ao aplicar testes, verificou que tais deficiências eram significativas, individualmente ou em conjunto.

Considerando os postulados da NBC TA 265 – COMUNICAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO, o procedimento adequado a ser seguido por João Batista nessa situação é

(A) declarar isenção por se tratar de assuntos internos da entidade.

(B) confrontar diretamente o Controle Interno.

(C) reportar por escrito as deficiências encontradas tempestivamente a administração.

(D) registrar em ata, e divulgar ao término da auditoria.

49. A perícia contábil é essencial para garantir uma solução justa e fundamentada em litígios, tanto judiciais quanto extrajudiciais, ao fornecer uma análise técnica e científica acerca dos fatos envolvidos.

De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, o principal objetivo da perícia contábil no contexto judicial e extrajudicial é

(A) avaliar o desempenho financeiro das empresas envolvidas no litígio.

(B) fornecer elementos de prova necessários para subsidiar a justa solução do litígio.

(C) estabelecer a culpa das partes envolvidas no processo.

(D) emitir pareceres financeiros para fins de auditoria interna.

50. A sociedade empresária "Alfa e Ômega Ltda." é uma sociedade limitada composta por três sócios: João, Maria e Pedro. Os percentuais de participação no capital social são os seguintes: João 40%, Maria 35%, e Pedro 25%. A sociedade empresária está avaliada com os seguintes valores em 31 de dezembro de 20XX:

Ativo Circulante: .....R$ 1.200.000;

Ativo Não Circulante: .....R$ 2.500.000;

Passivo Circulante: .....R$ 800.000;

Passivo Não Circulante:.....R$ 1.000.000;

Patrimônio Líquido (excluindo o goodwill): .....R$ 1.900.000.

Recentemente, foi acordado que Pedro deixará a sociedade. De acordo com o contrato social, a apuração de haveres deve considerar o valor de mercado dos ativos, incluindo o valor do goodwill da empresa, que foi avaliado em R$ 500.000. Além disso, o contrato prevê um deságio de 10% sobre o valor de mercado total apurado, considerando riscos associados ao futuro da empresa.

Nesse caso, (i) o valor total de mercado da empresa antes de aplicar o deságio, (ii) o valor líquido de mercado da empresa após aplicar o deságio, (iii) o valor dos haveres de Pedro, considerando sua participação na sociedade e o valor líquido apurado da empresa e (iv) se Pedro também tivesse um empréstimo pessoal de R$ 150.000 junto à empresa, o valor final a ser recebido por ele após a compensação deste empréstimo seriam, respectivamente,

(A) (i) R$ 2.400.000 / (ii) R$ 2.160.000 / (iii) R$ 540.000 / (iv) R$ 390.000.

(B) (i) R$ 1.400.000 / (ii) R$ 1.260.000 / (iii) R$ 315.000 / (iv) R$ 165.000.

(C) (i) R$ 1.900.000 / (ii) R$ 1.710.000 / (iii) R$ 427.500 / (iv) R$ 227.500.

(D) (i) R$ 1.400.000 / (ii) R$ 1.260.000 / (iii) R$ 315.000 / (iv) R$ 465.000.

QUESTÕES COMENTADAS

1. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um famoso escritor falou sobre a leitura:

A leitura é para a mente o que a ginástica é para o corpo.

Com essa frase, o autor quer dizer que

(A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.

(B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.

(C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.

(D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

Comentários:

(A) exercícios físicos devem ser feitos todos os dias.

Embora o senso comum pense isso, a frase não diz. A frase do enunciado está, na verdade, comparando. Alternativa errada.

(B) a leitura, como a ginástica, deve ser feita diariamente.

O texto também não fala isso. Alternativa errada.

(C) a leitura enriquece o nosso conhecimento.

Enriquece foi utilizado no sentido figurado. Ele quer dizer "desenvolve". Esse é o nosso gabarito.

(D) exercícios físicos e leitura fortalecem o corpo.

Se leitura fortalecesse o corpo, então já estaríamos bombado/abdômen trincado (rsrsrs). Alternativa errada.

Gabarito: C

2. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Assinale a frase que mostra uma expressão de causa devidamente explicada.

(A) “De tanto que comeu, acabou passando mal”. / A expressão “De tanto que” apresenta a causa de algo como resultado da insistência de uma ação.

(B) “Graças à chuva, as ruas ficaram alagadas”. / A expressão “Graças a” apresenta a causa como algo positivo.

(C) “Ficou rico à custa de muito sacrifício”. / A expressão “à custa de” indica a causa de algo conhecido pelo interlocutor.

(D) “Como haviam viajado bastante, eram bastante informados”. / O termo “Como” indica a causa como algo posterior ao acontecimento.

Comentários:

(A) “De tanto que comeu, acabou passando mal”. / A expressão “De tanto que” apresenta a causa de algo como resultado da insistência de uma ação.

Esse é o nosso gabarito!

(B) “Graças à chuva, as ruas ficaram alagadas”. / A expressão “Graças a” apresenta a causa como algo positivo.

A FGV não aeita "Graças à" para algo ruim, exceto se for irônico (não foi o caso do quesito). Deveria ter usado "Devido a" "Por causa da". Fora isso, não apresenta causa positiva (Não há nada de bom no alagamento...). Alternativa errada.

(C) “Ficou rico à custa de muito sacrifício”. / A expressão “à custa de” indica a causa de algo conhecido pelo interlocutor.

Realmente, sacrifício é a causa de ficar rico. Já o restante extrapolou (A expressão “à custa de” indica a causa de algo conhecido pelo interlocutor). Alternativa errada.

(D) “Como haviam viajado bastante, eram bastante informados”. / O termo “Como” indica a causa como algo posterior ao acontecimento.

Na verdade, causa não pode ser posterior. Use a lógica: causa é anterior. Em síntese,

1ª Causa

2 º Consequências.

Alternativa errada.

Gabarito: A

3. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um povoado tem 50 habitantes, dos quais 30 são do sexo feminino. Se duas pessoas diferentes desse povoado forem aleatoriamente escolhidas, a probabilidade de que ambas sejam do sexo feminino é aproximadamente igual a

(A) 25%

(B) 35%

(C) 43%

(D) 60%

Comentários:

A questão trata de probabilidade de eventos sucessivos e independentes, assim temos que multiplicar a probabilidade desses eventos:

$$P\ (A\ e\ B) = P(A) \times P(B)$$

No primeiro evento temos 30 habitantes do sexo feminino no total de 50 habitantes:

$$P(A) = \frac{\text{Habitantes do sexo feminino}}{\text{Habitantes}} = \frac{30}{50} = 0{,}60$$

No segundo evento temos 29 habitantes do sexo feminino no total de 49 habitantes:

$$P\ (B) = \frac{\text{Habitantes do sexo feminino}}{\text{Habitantes}} = \frac{29}{49} = 0{,}591$$

Substituindo na primeira fórmula, temos:

$$P\ (A\ e\ B) = P(A) \times P(B) = 0{,}6 \times 0{,}59 = 0{,}3551 \text{ ou } 35\%$$

Gabarito: B

4. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um capital inicial foi investido por um período. Ao fim da aplicação, o rendimento nominal foi de 80%, do qual deduziu-se imposto sobre o ganho de capital. A inflação acumulada nesse período foi de 5%.

Se o ganho real dessa operação foi de 60%, é correto afirmar que a alíquota do imposto foi de

(A) 15%

(B) 17,5%

(C) 20%

(D) 22,5%

Comentários:

1° Passo – Encontrar a taxa nominal

$$(1 + \text{taxa nominal}) = (1 + \text{taxa real}) \times (1 + \text{inflação})$$

$$(1 + \text{taxa nominal}) = (1 + 0{,}8) \times (1 + 0{,}05)$$

$$1 + \text{taxa nominal} = 1{,}80 \times 1{,}05$$

$$1 + \text{taxa nominal} = 1{,}68$$

$$\text{taxa nominal} = 1{,}68 - 1 = 0{,}68 \text{ ou } 68\%$$

2° Passo – Encontrar alíquota do imposto por meio da fórmula do ganho líquido nominal:

$$\text{Ganho líquido nominal} = \text{Ganho bruto} \times (1 - \text{alíquota do imposto})$$

$$0{,}68 = 0{,}80 \times (1 - \text{alíquota do imposto})$$

1 - alíquota do imposto = 0,68/0,80

1 - alíquota do imposto = 68/80

1 - alíquota do imposto = 0,85

alíquota do imposto = 1 – 0,85

alíquota do imposto 0,15 ou 15%

Gabarito: A

5. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) João vendera determinada mercadoria para Pedro, mas não recebeu o respectivo pagamento. Em razão da amizade que os unia, João estava relutante em ingressar com uma ação judicial para a cobrança do respectivo valor, mas, com a proximidade do prazo prescricional, ficou preocupado. Ao conversar com Pedro, foi dito a João que ele não deveria se preocupar, pois ele, Pedro, renunciaria à prescrição.

Ao analisar a disciplina estabelecida no Código Civil brasileiro, João concluiu corretamente que a renúncia que Pedro se propôs a realizar:

(A) não é admitida pela sistemática legal.

(B) deve ser expressa, sendo vedada a renúncia tácita.

(C) só pode ser realizada depois que a prescrição se consumar.

(D) pode ser realizada antes ou após a consumação da prescrição, sendo expressa ou tácita.

Comentários:

Essa questão abordou a temática da prescrição que é exatamente a perda da possibilidade de acionar juridicamente alguém quando tem o seu direito lesado então a prescrição é o início da contagem do prazo pela perda do direito de acionar alguém na justiça por ter tido o seu direito lesado. Uma vez esgotada essa contagem, perde-se o direito de acionamento da justiça.

É possível que alguém renuncie a prescrição, todavia alguns requisitos estão previstos no art. 191 do Código Civil.

> Art. 191. A renúncia da prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar; tácita é a renúncia quando se presume de fatos do interessado, incompatíveis com a prescrição.

Após essa introdução, julguemos as alternativas:

(A) ~~não~~ é admitida pela sistemática legal.

Errado, visto que é permitido caso atendam os requisitos previstos no art. 191 do CC.

(B) deve ser expressa, ~~sendo vedada a renúncia tácita.~~

Errado, pois pode ser tácita.

(C) só pode ser realizada depois que a prescrição se consumar.

Esse é o nosso gabarito.

(D) pode ser realizada ~~antes ou~~ após a consumação da prescrição, sendo expressa ou tácita.

Na verdade, só pode ser realizada após a consumação da prescrição. Alternativa errada.

Gabarito: C

6. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) João e Maria, únicos sócios da sociedade empresária Alfa, da qual Pedro era o contador responsável, faleceram em um acidente automobilístico quando se dirigiam para Alfa, não se podendo averiguar qual deles faleceu primeiro. Como João e Maria mantinham uma relação de parentesco, o momento da morte influenciaria na vocação hereditária de um e outro, o que, por via reflexa, também teria reflexos na transmissão das cotas do capital social.

Nesse caso, ao analisar a sistemática estabelecida no Código Civil, Pedro concluiu corretamente que, na definição da ordem de

falecimento de João e Maria, deve-se presumir que

(A) o mais velho faleceu primeiro.

(B) o mais jovem faleceu primeiro.

(C) faleceram ao mesmo tempo.

(D) o que teve o inventário aberto antes faleceu primeiro.

Comentários:

Esse quesito trata-se do instituto chamado de "Comoriência" que é previsto no art. 8 do Código Civil:

> Art. 8 º Se dois ou mais indivíduos falecerem na mesma ocasião, não se podendo averiguar se algum dos comorientes precedeu aos outros, **presumir-se-ão simultaneamente mortos**.

Gabarito: C

7. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Joana, contabilista, tomou ciência de que certo órgão colegiado de jurisdição administrativa, com competência para processar e julgar recursos interpostos contra decisões administrativas que tenham por objeto o imposto X, proferiu determinada decisão à qual a lei atribui eficácia normativa.

Após analisar o Código Tributário Nacional em relação à entrada em vigor dos efeitos normativos da referida decisão, Joana concluiu corretamente que tais efeitos devem ocorrer, salvo disposição em contrário,

(A) na data da sua publicação.

(B) trinta dias após a data da sua publicação.

(C) noventa dias após a data da sua publicação.

(D) no exercício financeiro seguinte à data da sua publicação.

Comentários:

Vejamos a definição de normas complementares feita pelo CTN:

> Normas Complementares
>
> Art. 100. São normas complementares das leis, dos tratados e das convenções internacionais e dos decretos:
>
> I - os atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
>
> **II - as decisões dos órgãos singulares ou coletivos de jurisdição administrativa, a que a lei atribua eficácia normativa;**
>
> III - as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;
>
> IV - os convênios que entre si celebrem a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios.
>
> Parágrafo único. A observância das normas referidas neste artigo exclui a imposição de penalidades, a cobrança de juros de mora e a atualização do valor monetário da base de cálculo do tributo.
>
> Art. 103. Salvo disposição em contrário, entram em vigor:
>
> I - os atos administrativos a que se refere o inciso I do art. 100, na data da sua publicação;
>
> II - as decisões a que se refere o inciso II do art. 100, quanto a seus efeitos normativos**, 30 (trinta) dias após a data da sua publicação;**
>
> III - os convênios a que se refere o inciso IV do art. 100, na data nêles prevista.

Gabarito: B

8. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 7, o contador deve estabelecer, por escrito, o valor dos serviços em suas propostas de prestação de serviços profissionais, considerando os elementos abaixo, à exceção de um. Assinale-o.

(A) O tempo que será consumido para a realização do trabalho.

(B) A possibilidade de ficar impedido da realização de outros serviços.

(C) O resultado lícito favorável que, para o contratante, advirá com o serviço prestado.

(D) A peculiaridade de tratar-se de cliente imprevisto.

Comentários:

Vejamos cada afirmativa, de acordo com o que determina a NBC PG 01. Lembrando que o enunciado solicita a alternativa que apresenta uma exceção à proposta de prestação de serviço, ou seja, precisamos buscar aquela alternativa incorreta.

a. **Certo**. De fato, o tempo consumido para a realização de um trabalho feito pelo profissional de contabilidade (contador), deve ser levado em consideração na determinação do valor de seus serviços (item 7, alínea "b").

b. **Certo**. Há situações em que o profissional de contabilidade pode ficar impedido de realizar um trabalho pelo fato de conflito de interesses ou por circunstâncias que possa influenciar, de maneira indevida, seu julgamento profissional. Nesse aspecto, esse impedimento deve ser levado em consideração na determinação de valorar seus serviços (item 7, alínea "c").

c. **Certo**. Novamente, o contador, ao determinar o valor dos seus serviços contábeis, deverá considerar o resultado lícito favorável que o cliente receberá por esses serviços prestados (item 7, alínea "d"). Diante desse cenário, novamente, esse é mais um elemento que deve ser levado em consideração nas propostas de prestação de serviços contábeis.

d. **Errado**. Pelo contrário, o contador irá determinar o valor pelos seus serviços contábeis através da peculiaridade de tratar com um cliente eventual, habitual ou permanente (item 7, alínea "e") e não com aquele cliente que, vez ou outra, aparece a fim de buscar pelos serviços daquele profissional. Nesse contexto, encontramos o nosso gabarito.

Gabarito: D

9. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Considerando o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 8, avalie se nas propostas para a prestação de serviços profissionais devem constar explicitamente:

I. todos os serviços cobrados individualmente.

II. o valor de cada serviço.

III. a periodicidade.

IV. a forma de reajuste.

Estão corretos os itens:

(A) I e II, apenas.

(B) III e IV, apenas.

(C) I, II e III, apenas.

(D) I, II, III e IV.

Comentários:

Segundo o que determina a NBC PG 01, nas propostas para prestação de serviços profissionais, devem constar, explicitamente, **todos os serviços cobrados individualmente (item I)**, **o valor de cada serviço (item II)**, **a periodicidade (item III)**, **e a forma de reajuste (item IV)** (item 8). ***[grifos não constantes no original]***

Considerando a teoria disposta na mencionada Norma, todos os itens estão corretos.

Gabarito: D

10. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Avalie se o CÓDIGO DE ÉTICA PROFISSIONAL DO CONTADOR, em seu item 20, prevê as seguintes penalidades:

I. Advertência reservada;

II. Advertência pública;

III. Censura reservada;

IV. Censura pública.

Estão corretos os itens

(A) I e II, apenas.

(B) I, III e IV.

(C) I, II e III.

(D) II, III e IV.

Comentários:

Segundo a NBC PG 01:

20. *A transgressão de preceito desta Norma* ***constitui infração ética****, sancionada, segundo a gravidade,* ***com a aplicação de uma das seguintes penalidades****:*

(a) advertência reservada*;*

(b) censura reservada*; ou*

(c) censura pública*.* ***[grifos não constantes no original]***

Exarada a parte teórica, podemos perceber que não existe advertência pública entre as seguintes penalidades prevista no código de ética profissional do contador, fazendo com que os **itens I**, **III** e **IV** estejam de acordo com o item 20 acima transcrito.

Gabarito: B

11. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A ética é fundamental no exercício da contabilidade, pois garante a integridade, a transparência e a confiança nas informações financeiras divulgadas, aspectos essenciais para o bom funcionamento das empresas e a estabilidade econômica.

O papel da contabilidade na sociedade vai além do simples registro de transações, pois ela atua como um mecanismo de

(A) controle.

(B) auditoria.

(C) manutenção.

(D) aproximação.

Comentários:

A primeira definição que tivemos de contabilidade, foi no primeiro Congresso Brasileiro de Contabilista, realizado em meados de agosto de 1924, na qual definia que é a ciência que estuda e pratica as funções de orientação, ***controle***, e de registro relativas à administração econômica. Ao longo dos anos, isso foi se atualizando e atualmente temos que a o objetivo da contabilidade é o **controle** das variações ocorridas no patrimônio das entidades. Portanto, como bem define Osni Moura Ribeiro (2013), a contabilidade **é a ciência que possibilita**, por meio de suas técnicas, **o controle** permanente **do Patrimônio das empresas**. ***[grifos não constantes no original]***

Gabarito: A

12. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Considerado um fato relevante divulgado por uma empresa de capital aberto, a perspectiva de alto potencial de entrada de benefícios econômicos futuros na aquisição de um novo ativo operacional resultou em um aumento (de R$ 4,50 para R$ 60,50

Dois meses depois, verificou-se que tal fato relevante era falso e que o acionista majoritário tinha conhecimento disso, o que resultou em prejuízo de bilhões de reais para entidade e foi tratado como crime contra o mercado financeiro.

Na divulgação inicial do fato relevante, a característica qualitativa fundamental que deixou de ser observada pela entidade foi a

(A) comparabilidade.

(B) prudência.

(C) verificabilidade.

(D) representação fidedigna.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, para serem úteis, **as informações financeiras não devem apenas representar fenômenos relevantes, mas também representar de forma fidedigna a essência dos fenômenos que pretendem representar**. Em muitas circunstâncias, a essência de fenômeno econômico e a sua forma legal são as mesmas e caso não sejam, **fornecer informações apenas sobre a forma legal não representaria fidedignamente o fenômeno econômico** (item 2.12).

Complementando, a mencionada Estrutura Conceitual ainda nos explica que, para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características: **(1)** ela é **completa**, **(2)** ela é **neutra** e **(3)** ela é **isenta de erros**. Obviamente, a perfeição nunca, ou raramente, é atingida, sendo que a finalidade é a maximização dessas qualidades o tanto quanto possível (item 2.13). ***[grifos não constantes no original]***

Feita essas contextualizações, perceba que a empresa de capital aberto divulgou um fato relevante com alto teor de entrada de benefícios econômicos para aquisição de um novo ativo operacional, contudo, após dois meses dessa divulgação, houve a descoberta que, na verdade, este fato era falso. Portanto, indo ao encontro do que prega a Estrutura Conceitual, percebe-se que houve um desrespeito a **característica qualitativa fundamental da representação fidedigna**.

Gabarito: D

13. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um investidor está analisando as demonstrações contábeis de uma sociedade empresária. O investidor tem disponível, para a sua análise, as demonstrações referentes a 31/12/2023, mas não as dos exercícios anteriores.

Nesse caso, o investidor não poderá verificar a seguinte característica qualitativa:

(A) relevância.

(B) tempestividade.

(C) comparabilidade.

(D) compreensibilidade.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual, **a comparabilidade** é a característica qualitativa que **permite aos usuários identificarem e compreender similaridades e diferenças entre itens**, o diferenciando das outras características qualitativas, **visto que a comparabilidade não faz referência a um único item, exigindo-se, no mínimo, dois itens** (item 2.25). Além disso, **as informações** sobre a entidade que reporta **são mais úteis se puderem ser comparadas** a informações similares sobre outras entidades e a informações similares sobre a mesma entidade referentes a outro período ou a outra data (item 2.24). ***[grifos não constantes no original]***

Nesse aspecto, o investidor não consegue realizar uma comparação entre as demonstrações contábeis dessa entidade do exercício social corrente com exercícios sociais anteriores, a fim de verificar se algo melhorou ou piorou nessa análise. Portanto, a característica qualitativa de melhoria infringida pela entidade foi a da **comparabilidade**.

Gabarito: C

14. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Leia o fragmento a seguir:

Passivo é a obrigação _____ da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos _____.

Assinale a opção cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

(A) futura / presente

(B) futura / passados

(C) presente / futuros

(D) presente / passados

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, passivo é uma obrigação **presente** da entidade de transferir um recurso econômico como resultado de eventos **passados** (item 4.26). ***[grifos não constantes no original]***

Pessoal, aqui não tem para onde correr, precisávamos saber a definição de passivo constante na Estrutura Conceitual, conforme vimos acima, para conseguirmos responder essa questão, que, por sinal, foi dada pelo examinador. Espero que tenha acertado. ;D

Gabarito: D

15. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A NBC TG Estrutura Conceitual – ESTRUTURA CONCEITUAL PARA RELATÓRIO FINANCEIRO indica o conceito financeiro e o conceito físico de capital.

De acordo com a norma, a seleção do conceito apropriado de capital pela entidade deve ser baseada

(A) na forma jurídica dos atos e fatos contábeis.

(B) na essência econômica dos atos e fatos contábeis.

(C) nas determinações das entidades reguladoras.

(D) nas necessidades dos usuários de suas demonstrações contábeis.

Comentários

Segundo a Estrutura Conceitual para Relatório Financeiro, a seleção do conceito apropriado de capital pela entidade deve ser baseada nas **necessidades dos usuários de suas demonstrações contábeis** (item 8.2). ***[grifos não constantes no original]***

Pessoal, aqui não tem muito o que ser feito, pois apesar das demais assertivas apresentarem alguma coerência, não retornam o que foi pedido pelo enunciado dessa questão.

Gabarito: D

16. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Com relação à Resolução CFC nº 1.328/11, que dispõe sobre a Estrutura das Normas Brasileiras de Contabilidade, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais, Técnicas e Educacionais.

( ) As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem preceitos de conduta profissional, procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional e metodologia para o ensino adequado das normas.

( ) As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) F – V – V.

(B) V – F – V.

(C) V – V – F.

(D) F – F – V.

Comentários:

Vejamos cada afirmativa e, logo após, assinalemos a afirmativa correta.

(**F**) As Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais, Técnicas e Educacionais.

Segundo a Resolução CFC nº 1.328/2011:

***Art. 2º** As **Normas Brasileiras de Contabilidade classificam-se em Profissionais e Técnicas**.*

Logo, baseado na resolução em comento, não temos a classificação das normas contábeis em educacionais.

(**F**) As Normas Brasileiras de Contabilidade estabelecem preceitos de conduta profissional, procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional e metodologia para o ensino adequado das normas.

Segundo a Resolução CFC nº 1.328/2011:

***Art. 2º, Parágrafo único**. As **Normas Brasileiras de Contabilidade**, sejam elas Profissionais ou Técnicas, **estabelecem preceitos de conduta profissional e padrões e procedimentos técnicos necessários para o adequado exercício profissional**.*

Sendo assim, não há metodologia de ensino adequado das normas brasileiras de contabilidade.

(**V**) As Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos.

Segundo a Resolução CFC nº 1.328/2011:

***Art. 1º** As **Normas Brasileiras de Contabilidade editadas pelo** Conselho Federal de Contabilidade **(CFC) devem seguir os mesmos padrões de elaboração e estilo utilizados nas normas internacionais e compreendem as Normas propriamente ditas, as Interpretações Técnicas e os Comunicados Técnicos**.*

Logo, ficamos com: **falso**

Gabarito: D

17. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) De acordo com a NBC TG 27 (R4) – ATIVO IMOBILIZADO, o custo de um item do ativo imobilizado compreende, entre outros, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e as condições necessárias para ele ser capaz de funcionar da forma pretendida pela administração.

Entre os custos diretamente atribuíveis estão os custos

(A) de abertura de nova instalação.

(B) incorridos na introdução de novo produto ou serviço.

(C) com testes para verificar se o ativo está funcionando corretamente.

(D) da transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes.

Comentários:

Os itens do ativo imobilizado são mensurados inicialmente pelo seu custo. Mas não é somente aquilo que foi pago pelo bem, mas devemos incluir todos os custos necessários para colocá-lo em condições de uso.

Com base no Pronunciamento CPC 27 – Ativo Imobilizado, temos exemplos de gastos que devem ou não serem incluídos:

Inclui:

- custos de **benefícios aos empregados** decorrentes diretamente da construção ou aquisição de item do ativo imobilizado;
- custos de **preparação do local**;
- custos de **frete e de manuseio** (para recebimento e instalação);
- custos de **instalação e montagem**;
- custos com **testes** para verificar se o ativo está funcionando corretamente (deduzidos das receitas liquidas provenientes desses itens produzidos enquanto o ativo está nesse local e condição; tais como amostras produzidas quando se testa o equipamento); e
- **honorários profissionais**.

Não inclui:

- Custos de **abertura de nova instalação**; (Letra A)
- Custos incorridos na **introdução de novo produto** ou serviço (incluindo **propaganda** e atividades promocionais); (Letra B)
- Custos da **transferência das atividades para novo local ou para nova categoria de clientes** (incluindo custos de treinamento); e (Letra C)
- **Custos administrativos e outros custos indiretos.**

Gabarito: C

18. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) De acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.

Com base nesse enunciado, leia o fragmento a seguir.

A materialidade depende da _____ ou _____ da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Assinale a alternativa cujos itens completam corretamente as lacunas do fragmento acima.

(A) rapidez - fonte.

(B) natureza - fonte.

(C) rapidez - magnitude.

(D) natureza - magnitude.

Comentários:

O item 7 do CPC 26 trouxe algumas definições, entre elas:

> Material – A informação é material se sua omissão, distorção ou obscuridade pode influenciar, de modo razoável, decisões que os usuários primários das demonstrações contábeis de propósito geral tomam como base nessas demonstrações contábeis, que fornecem informações financeiras sobre relatório específico da entidade.
>
> A materialidade depende da **natureza** ou **magnitude** da informação, ou de ambas. A entidade avalia se a informação, individualmente ou em combinação com outra informação, é material no contexto das suas demonstrações contábeis tomadas como um todo.

Gabarito: D

19. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A NBC TG 25 – PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES ilustra o tratamento contábil quando uma obrigação presente ou possível da entidade envolve prazos ou valore s incertos.

Com base na referida norma, relacione o tratamento dado a cada situação a seguir com seu reconhecimento e divulgação.

I. Há obrigação presente que provavelmente requer uma saída de recursos.

II. Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos.

III. Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é remota.

( ) Não é reconhecida nenhuma provisão e não há obrigatoriedade de divulgação.

( ) Deve-se reconhecer a provisão e divulgar em nota explicativa.

( ) Não é reconhecida a provisão, mas é divulgado o fato em nota explicativa como passivo contingente.

A relação correta, na ordem apresentada, é

(A) III – I – II.

(B) III – II – I.

(C) II – I – III.

(D) I – III – II.

Comentários:

- **Provisões**

Provisão é um passivo de prazo ou de valor incertos.

Uma provisão deve ser reconhecida quando:

(a) a entidade tem uma **obrigação presente** (legal ou não formalizada) como **resultado de evento passado**;

(b) seja **provável** que será necessária uma **saída de recursos** que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma **estimativa confiável do valor da obrigação**.

O pronunciamento exige que todos os critérios sejam satisfeitos: Obrigação presente+ provável+ Estimativa confiável.

- **Passivo Contingente**

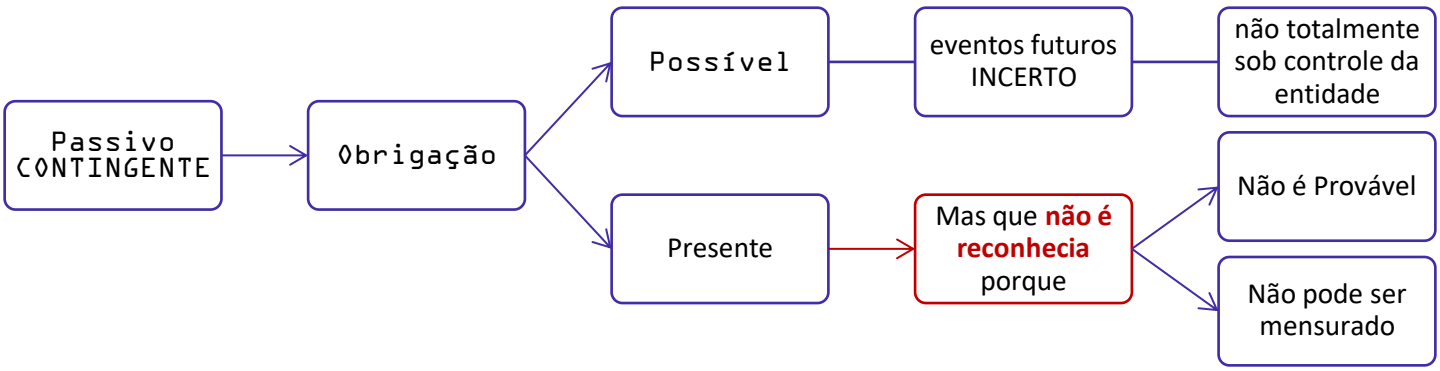
Passivo contingente é:

(a) uma **obrigação possível** que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade; ou

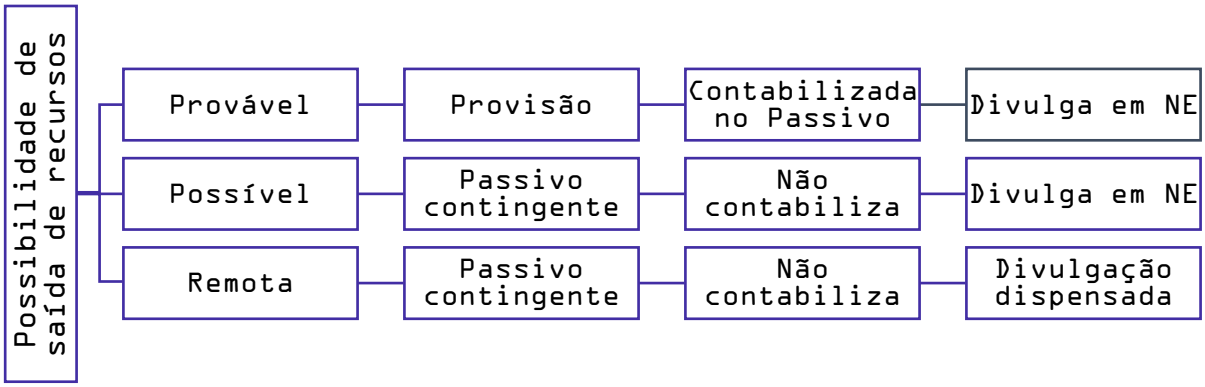
(b) uma **obrigação presente** que resulta de eventos passados, **mas que não é reconhecida porque**:

(i) **não é provável** que uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos seja exigida para liquidar a obrigação; ou

(ii) o valor da obrigação **não pode ser mensurado** com suficiente confiabilidade.



- **No tocante a possibilidade de saída de recursos:**



Após essa revisão, julguemos os itens:

I. Há obrigação presente que PROVAVELMENTE requer uma saída de recursos

Aqui temos uma provisão, logo devemos reconhecer no balanço e divulgar em notas explicativas.

II. Há obrigação possível ou obrigação presente que pode requerer, mas provavelmente não irá requerer, uma saída de recursos

Falou em possível ou presente, já estamos diante de um passivo contingente.

Aqui devemos responder o seguinte: Qual a possibilidade de Saida de recursos:

- Provavelmente não irá requerer (Possível), então apenas divulga em Notas explicativas.

III. Há obrigação possível ou obrigação presente cuja probabilidade de uma saída de recursos é REMOTA

Falou em possível ou presente, já estamos diante de um passivo contingente.

Aqui devemos responder o seguinte: Qual a possibilidade de Saida de recursos:

-Remota, então nem contabiliza nem divulga em Notas explicativas.

Preenchendo as lacunas, temos:

(III) Não é reconhecida nenhuma provisão e não há obrigatoriedade de divulgação.

(I) Deve-se reconhecer a provisão e divulgar em nota explicativa.

(II) Não é reconhecida a provisão, mas é divulgado o fato em nota explicativa como passivo contingente.

Gabarito: A

20. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Uma sociedade empresária pode elaborar sua Demonstração dos Fluxos de Caixa de acordo com o método direto ou com o método indireto.

De acordo com a NBC TG 03 (R3) – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA, a diferença entre as duas demonstrações elaboradas consiste somente na apresentação

(A) da atividade operacional.

(B) da atividade de investimento.

(C) da atividade de financiamento.

(D) do caixa e equivalentes de caixa.

Comentários:

A DFC pode ser elaborada pelo método direto ou pelo método indireto. **A diferença entre os métodos está somente no fluxo operacional.** Basicamente, o método direto parte diretamente da conta caixa, enquanto o indireto é feito partindo do lucro líquido do exercício, fazendo alguns ajustes na DRE.

Para os curiosos, vejamos a estrutura de cada método:

- **Demonstração dos fluxos de caixa – Método Indireto**

Atividades operacionais

Lucro líquido

(+) Depreciação, amortização e exaustão

(+)(-) Resultado da equivalência patrimonial

(+)(-) Resultado na alienação de imobilizado, investimentos ou intangíveis

(+) Despesas financeiras que não afetam o caixa

(-) Receitas financeiras que não afetam o caixa

(=) Lucro ajustado

(+)(-) Variação nas contas do ativo circulante e realizável a longo prazo:

Duplicatas a receber

Clientes

(PDD)

(Duplicatas descontadas)

Estoques

Despesas antecipadas

(+)(-) Variação nas contas do passivo circulante e passivo não circulante:

Fornecedores

Contas a pagar

Impostos a recolher

Atividades de financiamento

Terceiros

Empréstimos e financiamentos (passivo – captação e pagamento)

Sócios

Aumento/integralização de capital (PL)

Pagamento de dividendos

Atividades de investimento

Compra e venda de investimentos, imobilizado e intangível (parte do ativo não circulante)

- **Demonstração de Fluxo de Caixa – Método Direto**

Atividades operacionais

Recebimento de clientes

Recebimento de juros

Pagamentos

- A fornecedores de mercadorias
- De impostos
- De salários
- De juros
- Despesas pagas antecipadamente

Atividades de financiamento terceiros

Empréstimos e financiamentos (Passivo – captação e pagamento)

Sócios

Aumento/integralização de capital (PL)

Pagamento de dividendos

Atividades de investimento

Compra e venda de investimentos, imobilizado e intangível (parte do Ativo Não Circulante)

Gabarito: A

21. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em 01/06/2024, uma joalheria adquiriu 40 anéis pelo valor unitário de R$ 800. O frete para a entrega e o seguro do transporte foram, respectivamente, de R$ 500 e R$ 1.600. Os valores foram pagos à vista pela joalheria.

O custo do estoque no balanço patrimonial da joalheria, antes do início das vendas, é de

(A) R$ 32.000.

(B) R$ 32.500.

(C) R$ 33.600.

(D) R$ 34.100.

Comentários:

De acordo com o CPC 16 - Estoques, o custo do estoque compreende.

Custo do estoque inclui:
•Preço de compra •Impostos de importação e outros tributos (exceto recuperáveis) •Custo de transportes •Seguro •Manuseio •Custos diretamente atribuíveis

Não inclui
•Tributos recuperáveis (MP: IPI, ICMS, PIS, COFINS não cumulativos. Revenda: ICMS, PIS, COFINS não cumulativos) •Descontos comerciais •Abatimentos

Neste quesito, o custo dos estoques é de:

Valo pago 40 unidades x R$ 800 = R$ 32.000

(+) Frete	R$ 500
(+) Seguro	R$ 1.600
= Custo de aquisição	R$ 34.100

Gabarito: D

22. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em 01/05/2022, uma loja de roupas pagou R$ 180.000 a terceiros, referentes ao aluguel antecipado de 3 anos do imóvel onde funcionava a sua loja, contados a partir da data de pagamento.

Em 31/12/2023, a despesa antecipada de aluguel no ativo realizável a longo prazo da loja era

(A) zero.

(B) R$ 20.000.

(C) R$ 60.000.

(D) R$ 80.000.

Comentários:

Na contabilidade utilizamos o regime de competência, no qual as despesas são reconhecidas quando ocorridas e independente do pagamento. Assim, caso a entidade pague antecipado, ela não poderá

reconhecer uma despesa, dado que o fato gerador dessa obrigação não ocorreu (Mês segurado). Enquanto não ocorre, a entidade contabilizará um ativo.

Contabilização inicial (1º de maio de 2022):

> **Adendo!** Como a empresa pagou antecipadamente R$ 180.000 pelo aluguel, logo temos uma despesa antecipada. Tal antecipação **deve ser segregada em ativo circulante e não circulante** pois o prazo de vigência do aluguel é de 3 anos (36 meses). Basicamente, até 12 meses no final do exercício subsequente ficará no Ativo Circulante. O restante entrará no Ativo Não Circulante.

D – Aluguéis pagos antecipadamente (↑Ativo Circulante) R$ 60.000 [180.000 x (12 meses/36meses)]

D – Aluguéis pagos antecipadamente (↑Ativo Não Circulante) R$ 120.000 [180.000 x (24 meses/36 meses)]

C – Caixa (↓Ativo Circulante) R$ 180.000

Dado que o contrato terá vigência de 36 meses, apropriaremos, mês a mês, R$ 5.000 (180.000/36) como despesa de aluguel:

D – Despesas de Aluguel	R$ 5.000,00 (↓Resultado)
C – Aluguéis pagos antecipadamente	R$ 5.000,00 (↓ Ativo)

Nota-se que entre 01/05/2022 e 31/12/2023 decorreram 20 meses, assim a empresa apresentou **R$ 100.000 (R$ 5.000 x 20) de despesas com aluguel.**

Consequentemente, em 31.12/2023, sobraram 16 meses de vigência do aluguel, sendo que 12 parcelas ficaram no Ativo Circulante e 4 parcelas no Ativo Não Circulante:

Seguros pagos antecipadamente (Ativo Circulante)	60.000 (12 x 5.000)
Seguros pagos antecipadamente (Ativo Não Circulante)	**20.000 (4 x 5.000)**

Gabarito: B

23. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em janeiro de 2024, a despesa relacionada a salários de uma sociedade empresária era de R$ 500.000. Desse valor, R$ 120.000 representava imposto de renda retido na fonte.

Assinale a opção que indica o lançamento contábil realizado em 31/01/2024 para reconhecer os efeitos decorrentes do fato, considerando que os salários da entidade são pagos no 5º dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

(A) D - Despesa de salários R$ 380.000

D - Despesa de IR R$ 120.000

C - salários a pagar R$ 500.000

(B) D - Despesa de salários R$ 380.000

D - Despesa de IR R$ 120.000

C - IR na fonte a recolher R$ 120.000

C - salários a pagar R$ 380.000

(C) D - Despesa de salários R$ 500.000

C - IR na fonte a recolher R$ 120.000

C - salários a pagar R$ 380.000

(D) D - Despesa de salários R$ 500.000

C - salários a pagar R$ 500.000

Comentários:

Resumindo:

Despesas da entidade:

- Total de proventos
- FGTS
- INSS Patronal
- Vale Transporte
- Outros benefícios (Plano de saúde, vale-refeição)

Despesas do funcionário:

- INSS do funcionário
- Imposto de renda retido na fonte
- Vale Transporte (6% do salário do funcionário)
- Pensões
- Empréstimo Consignado

Despesas do governo:

- Salário Família
- Auxílio Maternidade

Após essa revisão, vamos analisar em partes:

Parte 1 - Em janeiro de 2024, a despesa relacionada a salários de uma sociedade empresária era de R$ 500.000.

Os salários são registrados como despesa da empresa. O mesmo tratamento deve ser dado às contribuições e encargos trabalhistas que sejam ônus do empregador.

Parte 2 - Desse valor, R$ 120.000 representava imposto de renda retido na fonte.

O IRPF é despesa efetiva do próprio empregado, e, portanto, não deve ser contabilizado como despesa da empresa. (Basicamente, retiramos do montante que deve ser pago aos funcionários e repassamos ao governo)

Parte 3 - em 31/01/2024 para reconhecer os efeitos decorrentes do fato, considerando que os salários da entidade são pagos no 5º dia útil do mês seguinte ao do fato gerador.

Isso significa que vamos utilizar como origem (conta criada) a conta salários a pagar.

Deste modo, o total das despesas com folha de pagamento foi de:

Valor bruto dos salários a pagar.....R$ 500.000

= Total R$ 500.000,00

A contabilização completa é a seguinte:

D – Despesa de salário (Resultado)	R$ 500.000,00
C- IRRF a recolher (Passivo Circulante)	R$ 120.000,00
C – Salários a pagar (Passivo Circulante)	R$ 380.000,00

Gabarito: C

24. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Assinale a opção que indica uma conta do passivo de uma entidade que não deve ser classificada como passivo circulante de acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.

(A) Imposto de renda diferido.

(B) Empréstimo contraído de diretor.

(C) Receita recebida antecipadamente.

(D) Adiantamento recebido de sociedade controlada.

Comentários:

Fique Atento! O quesito que a alternativa que não seja Passivo Circulante.

De acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 26 – Apresentação das Demonstrações Contábeis, temos alguns critérios para o reconhecimento de passivos circulantes e não circulantes, vejam:

> Passivo circulante
>
> 69. O passivo deve ser classificado como circulante quando satisfizer qualquer dos seguintes critérios:
>
> (a) espera-se que seja liquidado durante o ciclo operacional normal da entidade;

(b) está mantido essencialmente para a finalidade de ser negociado;

(c) deve ser liquidado no período de até doze meses após a data do balanço; ou a entidade não tem direito incondicional de diferir a liquidação do passivo durante pelo menos doze meses após a data do balanço (ver item 73). Os termos de um passivo que podem, à opção da contraparte, resultar na sua liquidação por meio da emissão de instrumentos patrimoniais não devem afetar a sua classificação.

(d) a entidade não tem o direito na data do balanço, de diferir a liquidação do passivo por pelo menos doze meses após a referida data. (Alterada pela Revisão de Pronunciamentos Técnicos

O quesito trouxe os seguintes exemplos:

- Empréstimo contraído de diretor.
- Receita recebida antecipadamente.
- Adiantamento recebido de sociedade controlada.

Para os curiosos, classifiquemos as demais:

- Imposto de renda diferido: Passivo Não Circulante

Gabarito: A.

25. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Uma loja de roupas funciona em um imóvel alugado de terceiros. A despesa com aluguel é classificada na Demonstração do Valor Adicionado da loja como

(A) insumos adquiridos de terceiros.

(B) remuneração de capitais próprios.

(C) remuneração de capitais de terceiros.

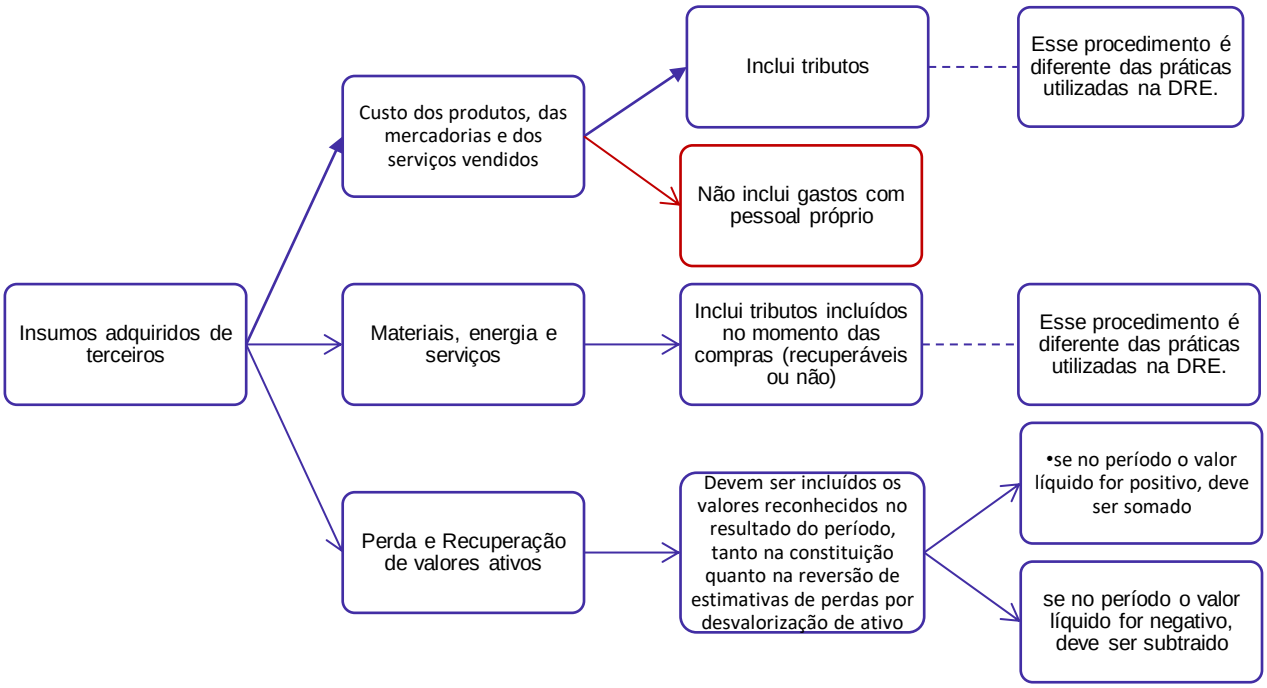
(D) depreciação, amortização e exaustão.

Comentários:

(A) insumos adquiridos de terceiros.

Insumo adquirido de terceiros representa os valores relativos às aquisições de matérias-primas, mercadorias, materiais, energia, serviços, etc. que tenham sido transformados em despesas do período. Enquanto permanecerem nos estoques, não compõem a formação da riqueza criada e distribuída.

Um esquema:

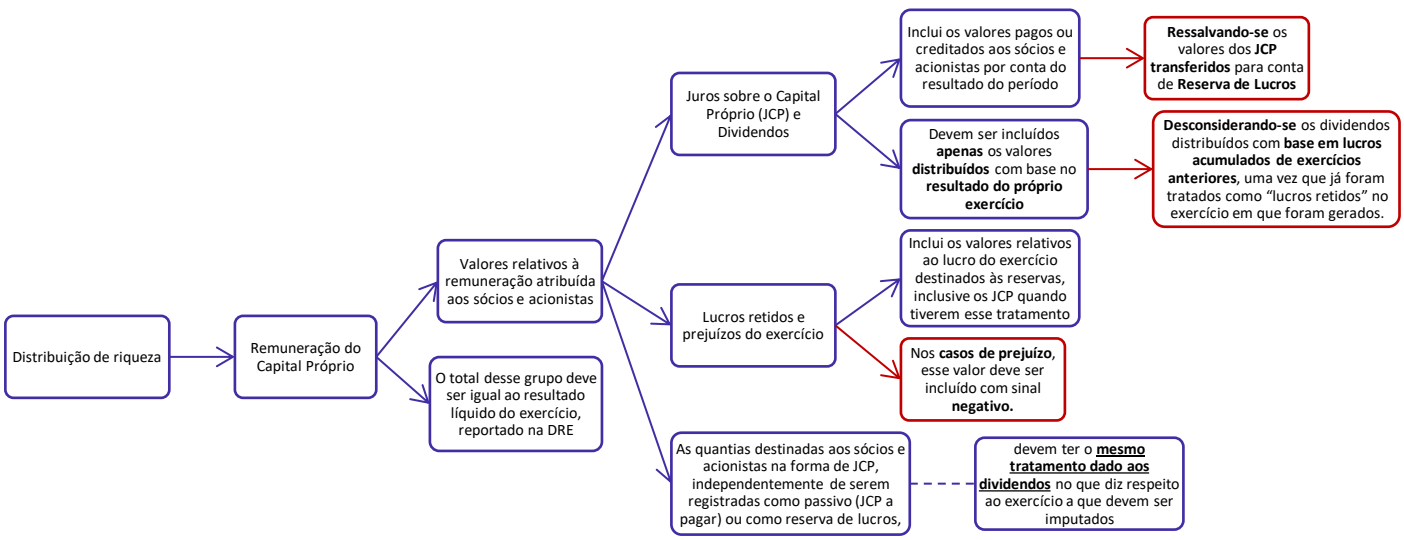


Alternativa errada.

(B) remuneração de capitais próprios.

Remuneração de capitais próprios – valores relativos à remuneração atribuída aos sócios e acionistas. O total desse grupo deve ser igual ao resultado líquido do exercício, reportado na Demonstração do Resultado do Período.

Um esquema:



Alternativa errada.

(C) remuneração de capitais de terceiros.

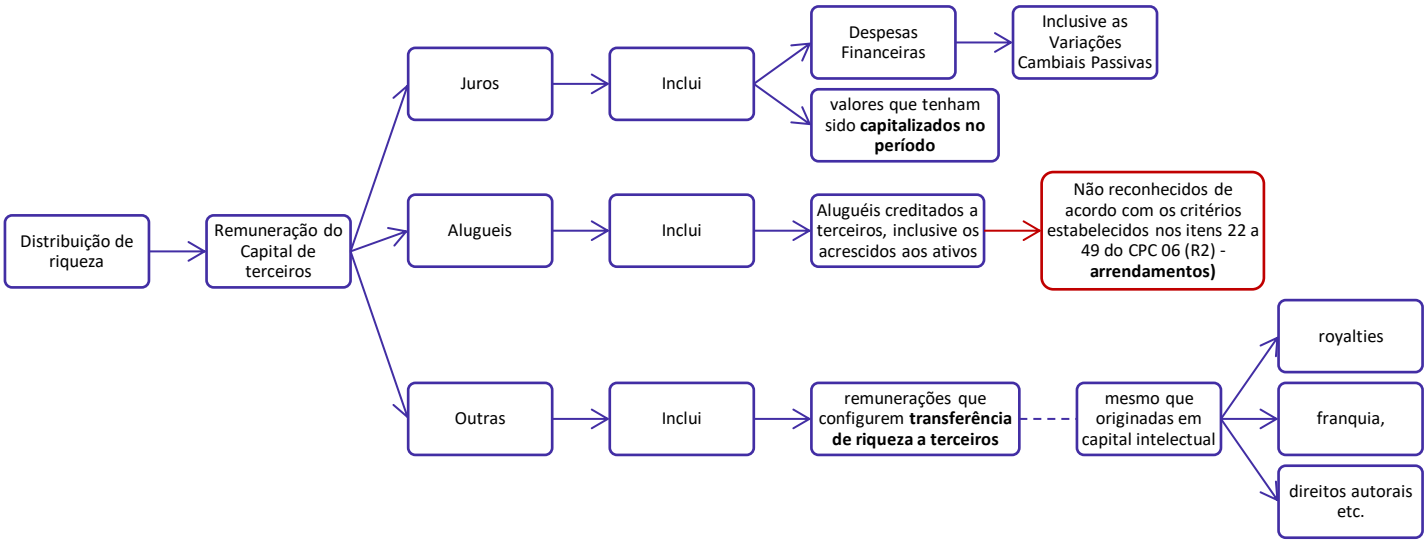
A remuneração de capitais de terceiros, segundo o CPC 09, representa os valores pagos aos financiadores externos de capital (não sócios). Podemos citar como exemplos:

• Juros

• **Aluguéis – inclui os aluguéis creditados a terceiros, inclusive os acrescidos aos ativos**.

• Outras – inclui outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros, mesmo que originadas em capital intelectual, tais como royalties, franquia, direitos autorais etc.

Um esquema:



Esse é o nosso gabarito.

(D) depreciação, amortização e exaustão.

Depreciação, amortização e exaustão representam os valores reconhecidos no resultado do período e normalmente utilizados para conciliação entre o fluxo de caixa das atividades operacionais e o resultado líquido do exercício.

Alternativa errada.

Gabarito: C

26. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) De acordo com a NBC TG 36 (R3) – DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS, o investidor, independentemente da natureza de seu envolvimento com a investida, deve determinar se é controlador avaliando se controla a investida.

Em relação ao controle, considere os itens a seguir:

I. Poder sobre a investida.

II. Exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida.

III. Capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

IV. Mais do que a metade das ações com poder de voto da investida.

O investidor controla a investida se possuir os atributos apresentados em

(A) I, II e IV, somente.

(B) I e III, somente.

(C) II, III e IV, somente.

(D) I, II e III, somente.

Comentários:

Um investidor controla a investida se atender aos três requisitos abaixo:

1) Tem poder sobre a investida;

2) Possui retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida; e

3) Tem capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos.

Observa-se que a banca inventou o item IV.

Diante do exposto, O investidor controla a investida se possuir os atributos apresentados em (**D) I, II e III, somente.**

Para os curiosos, a literalidade do CPC 36:

> *Controle de investida*: um investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.
>
> Controle
>
> 5. O investidor, independentemente da natureza de seu envolvimento com a entidade (investida), deve determinar se é controlador avaliando se controla a investida.
>
> 6. O investidor controla a investida quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de afetar esses retornos por meio de seu poder sobre a investida.
>
> 7. Assim, o investidor controla a investida se, e somente se, o investidor possuir todos os atributos seguintes:
>
> (a) **poder sobre a investida** (ver itens 10 a 14);

(b) **exposição a, ou direitos sobre, retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida** (ver itens 15 e 16); e

(c) a **capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor de seus retornos** (ver itens 17 e 18).

Gabarito: D

27. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um hospital localizado no Centro da cidade adquiriu um terreno ao lado de seu prédio para a construção de um estacionamento para ser utilizado, exclusivamente, pelos pacientes, de modo a oferecer melhor atendimento.

No Balanço Patrimonial do hospital, o terreno deve ser classificado como

(A) Ativo Imobilizado.

(B) Ativo Realizável a Longo Prazo.

(C) Propriedade para investimento.

(D) Ativo não circulante mantido para a venda.

Comentários:

Antes de classificarmos, vamos rever o nosso esquema:

Propriedade para Investimento
• Terreno ou Imovel • Aluguel (aluguel é a finalidade), valorização ou ambos

Ativo Imobilizado
• Mantido para uso na produção, prestação de serviços, fins administrativos • Aluguel a outros (quando aluguel é meio para conseguir fim) • Se espera utilizar por mais

Feita essa revisão, classifiquemos esse terreno adquirido para construção de um estacionamento do hospital:

Ativo Imobilizado, pois é um ativo usado na prestação de serviços (previsão literal no art.179, IV, da Lei 6404/76: classificam-se no imobilizado direitos que tenham por objeto **bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da companhia** como, por exemplo, os **terrenos, edificações, máquinas e equipamentos, móveis e utensílios, veículos**)

Gabarito: A

28. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Com relação às Demonstrações Financeiras, de acordo com a Lei nº 6.404/76 e modificações, avalie as afirmativas a seguir e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

( ) Nas demonstrações, não poderá haver agrupamento de contas semelhantes.

( ) As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, e o valor será considerado definitivo.

( ) As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As afirmativas são, respectivamente,

(A) V – V – F – F.

(B) V – F – F – V.

(C) F – V – F – V.

(D) V – F – V – F.

Comentários:

(V) As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Segundo o artigo 176, parágrafo primeiro da Lei das SAs**:**

> Art. 176. § 1º As demonstrações de cada exercício serão publicadas com a indicação dos valores correspondentes das demonstrações do exercício anterior.

Assim, as demonstrações contábeis do exercício social de 20x1 deverão demonstrar também os valores de 20x0. Tudo isso para atender à finalidade básica da contabilidade, que sabemos ser o **fornecimento de informações** aos diversos usuários.

Essa exigência está em consonância com o conceito de **comparabilidade**, prevista no CPC 00 – Estrutura Conceitual Básica da Contabilidade, uma característica que melhora a utilidade de informações contábeis.

Item verdadeiro.

(F) Nas demonstrações, não poderá haver agrupamento de contas semelhantes.

Na verdade, **PODERÁ** haver agrupamento de contas semelhantes. Vejam:

> § 2º Nas demonstrações, as contas semelhantes poderão ser agrupadas; os pequenos saldos poderão ser agregados, desde que indicada a sua natureza e não ultrapassem 0,1 (um décimo) do valor do respectivo grupo de contas; mas é vedada a utilização de designações genéricas, como "diversas contas" ou "contas-correntes".

A finalidade de tal dispositivo é de facilitar o entendimento das demonstrações contábeis, evitando que o excesso de detalhes prejudique o entendimento.

Imagine você se uma empresa que tem um faturamento de R$ 100 bilhões ano tem de apresentar detalhadamente cada item que tem em almoxarifado. Seria inviável, não é mesmo?

Deste modo, se temos as contas aplicação em certificado bancário e aplicação em fundo de renda fixa, podemos agrupar tudo em uma única conta chamada **aplicações financeiras**.

Vejam que há também a **exigência que não se ultrapasse 10% do valor do respectivo grupo**. Portanto, se no exemplo, as aplicações somassem o valor de R$ 10.000,00 e o ativo circulante, um grupo do ativo, for o total de R$ 50.000,00, não poderíamos agrupar, pois houve quebra do limite estabelecido pela lei.

> **Observação:** os grupos de contas são ativo circulante, ativo não circulante: realizável a longo prazo, investimentos, intangível, imobilizado.

Item falso.

(F) As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, e o valor será considerado definitivo.

Ainda com base no artigo 176:

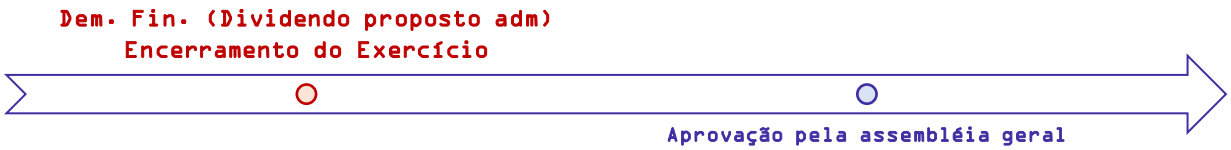
> Art. 176. § 3º: As demonstrações financeiras registrarão a destinação dos lucros segundo a proposta dos órgãos da administração, no pressuposto de sua aprovação pela assembleia-geral.

O que isso quer dizer?! O lucro ou prejuízo obtido no exercício pela entidade é apurado em uma demonstração conhecida como demonstração do resultado do exercício (a ser estudada oportunamente). Ocorre que os lucros obtidos precisam ser destinados (dividendos, que é uma remuneração do capital dos sócios) e sua destinação é definida pelo órgão máximo deliberativo dentro da SA: a assembleia-geral.

> **Entenda! O que são dividendos?** Quando você investe em uma sociedade, não necessariamente você trabalha nessa sociedade. Então, o que faz você investir na empresa X ou Y e não em um título de renda fixa (poupança, tesouro direto, fundos de investimento etc.)? Além da possibilidade de valorização, a remuneração dos sócios é chamada de dividendos.

Quem administra a sociedade, no seu cotidiano, são os administradores. Desta forma, no término do exercício social, os administradores procedem à destinação do lucro das formas que estabelecerem, pressupondo-se que a assembleia-geral (que só ocorre 4 meses após o término do exercício social) irá aprovar a destinação.

Esquematizemos:



Item falso.

(V) As demonstrações serão complementadas por notas explicativas e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessárias para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício.

As demonstrações serão complementadas por **notas explicativas** e outros quadros analíticos ou demonstrações contábeis necessários para esclarecimento da situação patrimonial e dos resultados do exercício (LSA, art. 176, parágrafo quarto).

Isto é, além dos demonstrativos padronizados, como o Balanço Patrimonial, DRE, existem outras informações que podem ser divulgados também.

Como o objetivo das demonstrações contábeis é fornecer informações a um público que, em regra, não pode requerer informações diretamente para a sociedade, isso significa dizer que a entidade deve se preocupar em passar as informações do modo mais claro possível. Por isso, deve complementar com nota explicativas, quadros analíticos etc.

Item verdadeiro.

Gabarito: B

29. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) O ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado ao que se afirma a seguir, com exceção de

(A) diferenças temporárias dedutíveis.

(B) diferenças temporárias tributáveis.

(C) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados.

(D) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Comentários:

O item 5 do CPC 32 trouxe algumas definições, entre elas:

> Ativo fiscal diferido é o valor do tributo sobre o lucro recuperável em período futuro relacionado a:
>
> (a) diferenças temporárias dedutíveis;
>
> (b) compensação futura de prejuízos fiscais não utilizados; e

(c) compensação futura de créditos fiscais não utilizados.

Gabarito: B

30. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A Cia. Verde Amarela é uma empresa brasileira que vende objetos relacionados à Seleção Masculina de Futebol. Em 31/12/2022, a empresa apresentou lucro líquido de R$ 800.000 em sua Demonstração do Resultado do Exercício. No entanto, estimou que o lucro apresentaria uma redução de 80% em 2023.

Com a finalidade de segregar uma parcela do lucro em 2022, a Cia. Verde Amarela poderia constituir, em 31/12/2022,

(A) reserva para contingências.

(B) reserva de lucros a realizar.

(C) reserva de lucros para expansão.

(D) ajuste de avaliação patrimonial.

Comentários:

(A) reserva para contingências.

A assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar parte do lucro líquido à formação de reserva com a finalidade de compensar, em **exercício futuro**, a diminuição do lucro decorrente de perda julgada provável, cujo valor possa ser estimado (LSA, art. 195).

A proposta dos órgãos da administração deverá indicar a causa da perda prevista e justificar, com as razões de prudência que a recomendem, a constituição da reserva (LSA, art. 195, §1º).

A reserva será revertida no exercício em que deixarem de existir as razões que justificaram a sua constituição ou em que ocorrer a perda (LSA, art. 195, §2º).

O termo contingência, em contabilidade, quando usada sem nenhuma qualificação (como ativa ou passiva), é usado para se referir a problema previsto, sobre o qual existe dúvida acerca de sua ocorrência.

As reservas de contingências, especificamente, objetivam salvaguardar o capital social, de modo que se posteriormente algo acontecer, decorrente de perda julgada provável cujo valor possa ser estimado, a companhia esteja preparada.

Exemplo extraído do Manual de Contabilidade Societária – FIPECAFI (pág. 387):

Podem ser constituídas reservas de contingências para:

- Geadas ou secas, que podem atingir empresas com plantações, criações ou estoques nessas áreas, ou ainda as que dependem desses produtos para suas operações, como no caso de empresas comerciais ou industriais que utilizem tais produtos como matérias-primas em seu processo produtivo.

- Cheias, inundações e outros fenômenos naturais que podem ocorrer ciclicamente nas áreas onde se localizam estoques ou instalações da empresa, gerando prejuízos efetivos por perdas de bens, por paralisação temporária das operações.

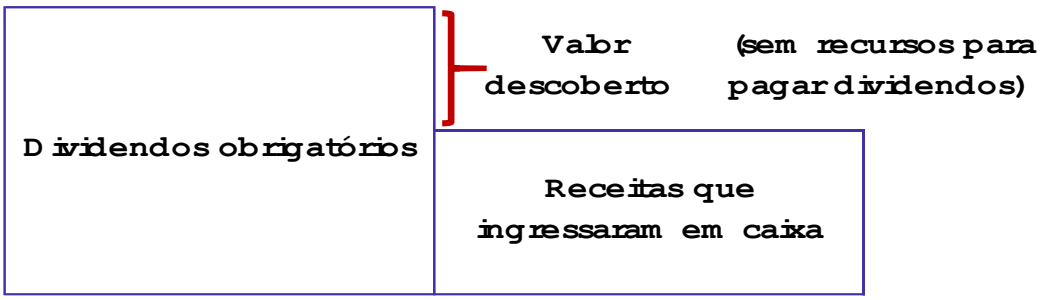
Esse é o nosso gabarito.

(B) reserva de lucros a realizar.

No exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do estatuto ou do art. 202 da Lei das S/A, ultrapassar a parcela realizada do lucro líquido do exercício, a assembleia-geral poderá, por proposta dos órgãos da administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar.

Funciona basicamente do seguinte modo! Sabemos que a empresa efetua vendas à vista e vendas a prazo, não é mesmo? Várias receitas e várias despesas não afetam o caixa. Todavia, o cálculo dos dividendos, via de regra, é feita com base no lucro líquido, que leva por pressuposto o regime de competência. Então, quando calculamos os dividendos, estamos incluindo ali receitas à vista e receitas a prazo. Mas e se não entrar dinheiro suficiente para pagar os dividendos? O que acontece?

A situação é a seguinte:



Então, se ela tem dividendos a pagar superiores às receitas que ingressaram, significa que os valores em verde estarão, em tese, descobertos. Não haverá recursos para pagamento deste montante. Dizemos em tese, pois a empresa pode **ter recurso suficiente em caixa**.

Desta forma, à opção da companhia, poderá ser constituída a reserva de lucros a realizar, mediante destinação dos lucros do exercício, cujo objetivo é evidenciar a parcela de lucros ainda não realizada financeiramente, apesar de reconhecida contabilmente, pela empresa.

Imagine-se, então, uma empresa que, em 20X5, só tenha efetuado vendas para recebimento em 20X7. Seria justo, assim, que procedesse esta empresa ao pagamento de dividendos (remuneração dos sócios) em 201X? Talvez, não seria viável financeiramente, pois nada entrará no caixa desta sociedade.

É este o intuito da reserva de lucros a realizar: **evitar que a companhia pague dividendos sobre receitas/lucros que ainda foram realizados, que não entraram no caixa**. Alternativa errada.

(C) reserva de lucros para expansão.

A finalidade dessa reserva é financiar projetos de investimentos, e não pode afetar (diminuir) os dividendos obrigatórios. Mas, ao invés de distribuir todo o lucro na forma de dividendos adicionais, a empresa pode constituir a reserva de retenção de lucros.

Para isso, a empresa deve preparar um orçamento de capital, aprovado pela Assembleia de acionistas, com todas as fontes e aplicações de capital, fixo ou circulante.

O orçamento poderá ter prazo de até 5 exercício, salvo no caso de execução, por prazo maior, de projeto de investimento. Alternativa errada.

(D) ajuste de avaliação patrimonial.

Errado, pois tal conta serve para contabilizar, enquanto não computadas no resultado do exercício em obediência ao regime de competência, as contrapartidas de aumentos ou diminuições de valor atribuídos a no valor de ativos e do passivo, em decorrência da sua avaliação a valor justo. Alternativa errada.

Gabarito: A

31. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um curso de idiomas oferecia aulas de inglês, espanhol e japonês. Em 2024, a gerência do curso resolveu extinguir a oferta de aulas de japonês e espanhol, passando a oferecer apenas aulas de inglês. A reorganização dos cursos teve efeito material na natureza e no foco das operações do curso, de modo que foi constituída uma provisão para reestruturação.

Assinale a opção que indica gastos que podem ser incluídos no valor da provisão.

(A) Novo treinamento da equipe permanente.

(B) Investimento em novos sistemas e redes de distribuição.

(C) Gastos incrementais de marketing relacionado ao curso de inglês.

(D) Indenização aos proprietários das salas onde eram ofertados os cursos e que deixaram de ser utilizadas.

Comentários:

A decisão de reestruturar as operações e fechar uma fábrica não gera uma provisão. A empresa pode mudar de ideia e desistir do fechamento da fábrica. Não existe ainda uma "obrigação presente, derivada de eventos já ocorridos".

A situação muda quando a empresa **inicia a reestruturação ou quando comunicar a sua decisão e gerar expectativas válidas nas outras partes**. Nesse caso, a empresa deve efetuar uma provisão, pois a decisão se torna obrigação não formalizada.

No tocante aos exemplos de eventos que podem se enquadrar na definição de reestruturação, o CPC 25 cita os seguintes:

- venda ou extinção de linha de negócios;
- fechamento de locais de negócios de um país ou região ou a realocação das atividades de negócios de um país ou região para outro;
- mudanças na estrutura da administração, por exemplo, eliminação de um nível de gerência; e

- reorganizações fundamentais que tenham efeito material na natureza e no foco das operações da entidade

A provisão para reestruturação deve incluir somente os desembolsos diretos decorrentes da reestruturação, que simultaneamente sejam: necessariamente ocasionados pela reestruturação; e não associados às atividades em andamento da entidade.

O quesito trouxe o seguinte exemplo de gastos podem ser incluídos no valor da provisão:

- Indenização aos proprietários das salas onde eram ofertados os cursos e que deixaram de ser utilizadas.

Com base nessa norma, a provisão para reestruturação **não inclui custos como:**

- novo treinamento ou remanejamento da equipe permanente; (Alternativa A)
- marketing; ou (Alternativa C)
- investimento em novos sistemas e redes de distribuição. (Alternativa B)

Adicionalmente, explica que esses desembolsos se relacionam com a conduta futura da empresa e não são passivos de reestruturação na data do balanço. Tais desembolsos devem ser reconhecidos da mesma forma que o seriam se surgissem independentemente da reestruturação.

Uma provisão para custos de reestruturação deve ser reconhecida somente quando são cumpridos os critérios gerais de reconhecimento de provisões.

Perdas operacionais futuras, identificáveis até a data da reestruturação não devem ser incluídas em uma provisão, a menos que se relacionem a contrato oneroso.

Gabarito: D

32. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em 01/01/2020, uma sociedade empresária adquiriu uma van para transportar os seus empregados por R$ 300.000. A vida útil foi estimada em 15 anos e não foi considerado valor residual.

Em 2023, essa van apresentou diversos problemas que ocasionaram gastos de R$ 24.000 com reparos. Por conta dos problemas, a sociedade empresária decidiu comprar uma nova van e, em 31/12/2023, vendeu a antiga por R$ 250.000.

O lucro obtido com a venda da van, considerando que a sociedade empresária utiliza o método da linha reta para depreciar os seus ativos imobilizados, foi de

(A) R$ 6.000.

(B) R$ 10.000.

(C) R$ 28.000.

(D) R$ 30.000.

Comentários:

Ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser **reconhecidos no resultado** quando o item é baixado (a menos que o CPC 06 – Arrendamentos exija de outra forma em operação de venda e leaseback). **Os ganhos não devem ser classificados como receita de venda.**

Os ganhos ou perdas decorrentes da baixa de um item do ativo imobilizado devem ser determinados pela diferença entre o valor líquido da alienação, se houver, e o valor contábil do item.

Ganho ou Perda = Valor Líquido de Alienação - Valor Contábil

O quesito já forneceu o valor da venda. Assim vamos encontrar o valor contábil por meio da nossa receita de bolo:

Como calcular a depreciação pelo método da linha reta?

1) Pegue o valor de aquisição: **R$ 300.000,00**

2) Encontre o valor residual: **R$ 00,00**

3) Faça a diferença entre o valor de aquisição e o valor residual e encontraremos o chamado valor depreciável: R$ 300.000,00 - R$ 00,00 = **R$ 300.000,00**

4) Encontre a vida útil (em meses ou anos, geralmente). **15 anos**

5) Divida o valor depreciável pela vida útil: R$ 300.000,00/15 = **R$ 20.000,00**

Cuidado! Precisamos calcular o valor proporcional aos 4 anos (2020,2021, 2022 e 2023):

Depreciação no período = 20.000,00 x 3 = R$ 60.000,00

> **Dica:** para facilitar o cálculo tente dividir em períodos de 12 meses:
>
> 01/01/2020 a 31/12/2020 – 12 meses = R$ 20.000,00
>
> 01/01/2021 a 31/12/2021 – 12 meses = R$ 20.000,00
>
> 01/01/2022 a 31/12/2022 – 12 meses = R$ 20.000,00
>
> 01/01/2023 a 31/12/2023 – 12 meses = R$ 20.000,00
>
> Somando: R$ 20.000 + R$ 20.000 + R$ 20.000 + R$ 20.000 = R$ 80.000

Ressaltamos que a reparação e a manutenção de um ativo não evitam a necessidade de depreciá-lo. Além disso, gastos do período são os que devem ser agregados às contas de despesas do período, pois **só beneficiam um exercício e são necessários para manter o imobilizado em condições de operar, não lhe aumentando o valor**. Não é provável que esses gastos tenham o potencial de gerar benefícios econômicos futuros para a entidade. Logo, não podem ser reconhecidos como ativo, mas sim como despesa.

Em 31/12/23, o valor contábil desse ativo correspondia a:

Valor Histórico	R$ 300.000,00.
(-) Depreciação Acumulada	(R$ 80.000,00)
= Valor Contábil	**R$ 220.000,00**

Neste momento, somos capazes de calcular o resultado da venda:

Ganho ou Perda = Valor Líquido de Alienação - Valor Contábil

Ganho ou Perda = R$250.000,00 - R$ 220.000,00

Ganho = R$ 30.000,00

Gabarito: D

33. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Uma sociedade empresária elaborou a seguinte Demonstração do Resultado do Exercício:

Receita de Vendas	100.000
Custo dos produtos e serviços vendidos	-50.000
Lucro bruto	50.000
Outras receitas	20.000
Despesas de vendas	-5.000
Despesas administrativas	-10.000
Outras despesas	-12.000
Resultado antes dos tributos	43.000

De acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a demonstração é elaborada de acordo com o método da

(A) função da despesa e não é necessária divulgação adicional.

(B) natureza da despesa e não é necessária divulgação adicional.

(C) função da despesa e a sociedade empresária deve divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas.

(D) natureza da despesa e a sociedade empresária deve divulgar informação adicional sobre a função das despesas.

Comentários:

A entidade deve apresentar uma análise das despesas utilizando uma classificação baseada na sua **natureza**, se permitida legalmente, ou na sua **função** dentro da entidade, devendo eleger o critério que proporcionar informação confiável e mais relevante, obedecidas as determinações legais.

- **Natureza**

No método da **natureza da despesa**, as despesas são agregadas na demonstração do resultado de acordo com a sua natureza (por exemplo, **depreciações, compras de materiais, despesas com transporte,**

benefícios aos empregados e despesas de publicidade), não sendo realocados entre as várias funções dentro da entidade.

Antes de nos aprofundaremos, queremos dizer que não há uma definição do que seja uma "natureza de despesa". Mas perceba que por esse método as contas são mais genéricas: "depreciações", compras de materiais e o mais importante: **NÃO TEM CONTA DE CMV, CPV OU CUSTO DE SERVIÇÕS PRESTADOS. Isso é fundamental que você tenha em mente.**

Esse método pode ser simples de aplicar porque não são necessárias alocações de gastos a classificações funcionais. Por exemplo, ao invés de dividir a depreciação do período entre depreciação das máquinas usadas na fabricação (que é atribuída ao custo do produto) e depreciação do escritório (que gera despesa administrativa), é demonstrado apenas o valor total da depreciação.

Um exemplo de classificação que usa o método da natureza do gasto é o que se segue:

Receitas	X
Outras Receitas	X
Variação do estoque de produtos acabados e em elaboração	X
Consumo de matérias-primas e materiais	X
Despesa com benefícios a empregados	X
Depreciações e amortizações	X
Outras despesas	X
Total da despesa	(X)
Resultado antes dos tributos	X

- **Função**

A segunda forma de análise é o método da **função da despesa** ou do "**custo dos produtos e serviços vendidos**", classificando-se as despesas de acordo com a sua função como **parte do custo dos produtos ou serviços vendidos** ou, por exemplo, das despesas de distribuição ou das atividades administrativas.

No mínimo, a entidade deve divulgar o custo dos produtos e serviços vendidos segundo esse método separadamente das outras despesas. Esse método pode proporcionar informação mais relevante aos usuários do que a classificação de gastos por natureza, mas a alocação de despesas às funções pode exigir **alocações arbitrárias e envolver considerável julgamento.**

Um exemplo de classificação que utiliza o método da função da despesa é a seguinte:

Receitas	X
Custo dos produtos e serviços vendidos	(X)
Lucro bruto	X
Outras receitas	X
Despesas de vendas	(X)

Despesas administrativas	(X)
Outras despesas	(X)
Resultado antes dos tributos	X

As entidades que classificarem os gastos por função devem divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas, incluindo as despesas de depreciação e de amortização e as despesas com benefícios aos empregados.

Destacamos que **as empresas usam o método da função da despesa (também chamado de "método do custo do produto ou serviço vendido"), no Brasil, pois esse é o método que consta na Lei 6404/76**.

Diante do exposto, de acordo com a NBC TG 26 (R5) – APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS, a demonstração é elaborada de acordo com o método **da função da despesa e a sociedade empresária deve divulgar informação adicional sobre a natureza das despesas.**

Gabarito: C

34. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em 31/12/2023, uma loja de cosméticos apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Disponibilidades:.....R$ 55.000;

Estoques:.....R$ 30.000;

Clientes:.....R$ 20.000;

Equipamentos de Informática:.....R$ 45.000;

Salários a pagar: .....R$ 15.000;

Empréstimos: .....R$ 35.000;

Capital Social: .....R$ 120.000;

Prejuízos Acumulados: .....R$ 20.000.

No primeiro trimestre de 2024, aconteceram os seguintes fatos:

• Venda, à vista, de todo o estoque por R$ 80.000;

• Recebimento do saldo dos clientes;

• Venda, à vista, dos equipamentos de informática por R$ 60.000;

• Pagamento dos salários do ano anterior;

• Pagamento do empréstimo bancário contraído;

• Reconhecimento e pagamento de despesas gerais por R$ 100.000.

Em relação ao primeiro trimestre de 2024, é correto afirmar que a atividade operacional

(A) gerou fluxo líquido de caixa no montante de R$ 10.000.

(B) gerou fluxo líquido de caixa no montante de R$ 45.000.

(C) consumiu fluxo líquido de caixa no montante de R$ 15.000.

(D) consumiu fluxo líquido de caixa no montante de R$ 35.000.

Comentários:

Existem três classificações para os fluxos de caixas: operacionais, investimento e financiamento.

- **Atividade Operacional**

Os fluxos de caixa advindos das atividades operacionais são basicamente derivados das principais atividades geradoras de receita da entidade. Portanto, eles geralmente resultam de transações e de outros eventos que entram na apuração do lucro líquido ou prejuízo.

O quesito trouxe os seguintes exemplos:

Venda, à vista, de todo o estoque por R$ 80.000;

• Recebimento do saldo dos clientes;

• Pagamento dos salários do ano anterior;

• Reconhecimento e pagamento de despesas gerais por R$ 100.000.

Fica assim:

Atividades operacionais

(+) Recebimento de vendas à vista R$ 80.000;

(+) Recebimento do saldo dos clientes R$ 20.000;

(-) Pagamento dos salários do ano anterior R$ 15.000

(-) Pagamento de despesas gerais por R$ 100.000.

Caixa Consumido de R$ 15.000

- **Atividade de Investimentos**

A divulgação em separado dos fluxos de caixa advindos das atividades de investimento é importante em função de tais fluxos de caixa representarem a extensão em que os dispêndios de recursos são feitos pela entidade com a finalidade de gerar lucros e fluxos de caixa no futuro. Somente desembolsos que resultam em ativo reconhecido nas demonstrações contábeis são passíveis de classificação como atividades de investimento

O quesito trouxe os seguintes exemplos:

- Venda, à vista, dos equipamentos de informática por R$ 60.000

Fica assim:

Atividades de Investimento

(+) Venda, à vista, dos equipamentos de informática por R$ 60.000

Caixa Gerado de R$ 60.000

- **Atividade de Financiamentos**

A divulgação separada dos fluxos de caixa advindos das atividades de financiamento é importante por ser útil na predição de exigências de fluxos futuros de caixa por parte de fornecedores de capital à entidade.

O quesito trouxe os seguintes exemplos:

• Pagamento do empréstimo bancário contraído;

Fica assim:

Atividades operacionais

(-) Pagamento do empréstimo bancário contraído R$ 35.000;

Caixa Consumido de R$ 35.000

Gabarito: C

35. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Avalie se as divulgações relacionadas aos estoques de uma sociedade empresária devem incluir:

I. valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;

II. valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda;

III. valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade.

De acordo com a NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, está correto o que se afirma em

(A) I e II, somente.

(B) I e III, somente.

(C) II e III, somente.

(D) I, II e III.

Comentários:

O Item 36 do CPC 16 cita exemplos de divulgação obrigatória. Vejam:

> Divulgação
>
> 36. As demonstrações contábeis devem divulgar:
>
> (a) as políticas contábeis adotadas na mensuração dos estoques, incluindo formas e critérios de valoração utilizados;

(b) o valor total escriturado em estoques e o valor registrado em outras contas apropriadas para a entidade; (ITEM III)

(c) o valor de estoques escriturados pelo valor justo menos os custos de venda; (ITEM II)

(d) o valor de estoques reconhecido como despesa durante o período;

(e) o valor de qualquer redução de estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o item 34;

(f) o valor de toda reversão de qualquer redução do valor dos estoques reconhecida no resultado do período de acordo com o item 34;

(g) as circunstâncias ou os acontecimentos que conduziram à reversão de redução de estoques de acordo com o item 34; e

(h) o montante escriturado de estoques dados como penhor de garantia a passivos.

De acordo com a NBC TG 16 (R2) – ESTOQUES, está correto o que se afirma em (D) I, II e III.

Gabarito: D

36. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) As Notas Explicativas são informações complementares às demonstrações contábeis exigidas pela Lei nº 6.404/76 e alterações.

Sobre as Notas Explicativas, analise as seguintes afirmativas:

I. As Notas Explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

II. É obrigatória a indicação de eventos subsequentes à data de encerramento do exercício, mesmo aqueles que não tenham efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

III. A entidade pode retificar políticas contábeis inadequadas por meio da divulgação de notas explicativas.

Está correto o que se afirma em

(A) I, II e III.

(B) I e II, apenas.

(C) II e III, apenas.

(D) I, apenas.

Comentários:

Questão cobrou a literalidade do art 176, parágrafo 5, inciso II, dessa lei:

Art. 176 § 5o As notas explicativas devem: (Redação dada pela Lei nº 11.941, de 2009)

I – apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009) (ITEM I)

II – divulgar as informações exigidas pelas práticas contábeis adotadas no Brasil que não estejam apresentadas em nenhuma outra parte das demonstrações financeiras; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

III – fornecer informações adicionais não indicadas nas próprias demonstrações financeiras e consideradas necessárias para uma apresentação adequada; e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

IV – indicar: (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

a) os principais critérios de avaliação dos elementos patrimoniais, especialmente estoques, dos cálculos de depreciação, amortização e exaustão, de constituição de provisões para encargos ou riscos, e dos ajustes para atender a perdas prováveis na realização de elementos do ativo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

b) os investimentos em outras sociedades, quando relevantes (art. 247, parágrafo único); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

c) o aumento de valor de elementos do ativo resultante de novas avaliações (art. 182, § 3o); (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

d) os ônus reais constituídos sobre elementos do ativo, as garantias prestadas a terceiros e outras responsabilidades eventuais ou contingentes; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

e) a taxa de juros, as datas de vencimento e as garantias das obrigações a longo prazo; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

f) o número, espécies e classes das ações do capital social; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

g) as opções de compra de ações outorgadas e exercidas no exercício; (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

h) os ajustes de exercícios anteriores (art. 186, § 1o); e (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009)

i) os eventos subsequentes à data de encerramento do exercício que tenham, ou possam vir a ter, efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia. (Incluído pela Lei nº 11.941, de 2009) (ITEM II)

I. As Notas Explicativas devem apresentar informações sobre a base de preparação das demonstrações financeiras e das práticas contábeis específicas selecionadas e aplicadas para negócios e eventos significativos.

Certo, consoante o art. 176, § 5o, inciso I dessa lei.

II. É obrigatória a indicação de eventos subsequentes à data de encerramento do exercício, mesmo aqueles que não tenham efeito relevante sobre a situação financeira e os resultados futuros da companhia.

Na verdade, é preciso que ele tenha, ou possam vir a ter, efeito relevante. Item errado.

III. A entidade pode retificar políticas contábeis inadequadas por meio da divulgação de notas explicativas.

As políticas são mais amplas e gerais que as estimativas. Referem-se à escolha da base de avaliação, das regras que a entidade irá usar para elaboração das suas demonstrações contábeis.

Assim, **alteração na política contábil** configura uma **mudança na forma de avaliação**, em virtude de **alteração em princípios, bases, convenções, regras ou práticas** específicas aplicadas.

Por exemplo, mudar do PEPS para o Custo Médio Ponderado para a avaliação de estoques é uma mudança de política contábil.

Reforçamos que as **alterações nas políticas contábeis** devem ter **aplicação retrospectiva,** a não ser que isso seja impraticável.

Portanto, tal alteração exige a reapresentação das demonstrações contábeis. Item falso.

Está correto o que se afirma em (D) I, apenas.

Gabarito: D

37. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Uma empresa comercial apresentou, no mês de abril de X0, as seguintes movimentações em seu estoque:

Data	Movimentação
01.04	Estoque Inicial: 200 unidades por R$ 10 a unidade
08.04	Compras de 210 unidades por R$ 12 a unidade
10.04	Devolução de compras em 08.04: 50 unidades
12.04	Vendas de 150 unidades por R$ 22 a unidade
17.04	Devolução de vendas de 10.04: 30 unidades
22.04	Compras de 150 unidades por R$ 15 a unidade

Considerando que a empresa utilize o método PEPS para controle de estoques, assinale a opção que contenha o Custo das Mercadorias vendidas para o período e o valor do estoque final em 30.04.X0, respectivamente. Desconsidere quaisquer aspectos tributários.

(A) R$ 1.500; R$ 3.770.

(B) R$ 1.200; R$ 4.970.

(C) R$ 1.500; R$ 4.970.

(D) R$ 1.200; R$ 3.770.

Comentários:

O quesito informou adoção do método PEPS. Lembrando que no PEPS o primeiro a entrar é o primeiro a sair. Ou seja, as mercadorias mais antigas são baixadas primeiro.

Elaboremos a ficha de controle de estoque:

> **Obs.:** o quesito não falou nada sobre tributos recuperáveis, descontos ou abatimentos, consequentemente, vamos considerar apenas os valores informados.

PEPS									
	Entrada			Saída			Saldo		
	Quantidade	Valor	Saldo	Quantidade	Valor	Saldo	Quantidade	Valor	Saldo
Saldo Inicial							200	10	2.000
Compra (DIA 8)	210	12	2.520				200 210	10 12	2.000 2.520
Devolução de Compra (DIA 8)	(50)	12	(600)				200 160	10 12	2.000 1.920
Venda (DIA 12)				150	10	1.500	50 160	10 12	500 1.920
Devolução de Venda (DIA 10)[1]				(30)	10	(300)	80 160	10 12	800 1.920
Compra (DIA 22)	150	15	2.250				80 160 150	10 12 15	800 1.920 2.250
				CMV		**1.200**	**Estoque Final**		4.970

> **Adendo!** Também podemos resolver sem a ficha de controle de estoque. Vejam:
>
> Método = PEPS
>
> EI = 200 unidades x R$ 10 = R$ 2.000
>
> ***Dia 8: compra de 210 unidades a R$ 12 cada.***
>
> Entradas:
>
> Compra 1 = 210 unidades x R$ 12 = R$ 2.520

[1] Houve um erro material no enunciado, pois não houve venda na data 10.04. Na verdade, houve uma devolução de compra. Isso provocou a anulação da questão. Ressaltamos que consideramos a venda do dia 12 para resolução e, se não houvesse esse erro, o gabarito seria letra b.

Estoque:

EI = 200 unidades x R$ 10 = R$ 2.000

Compra 1 = 210 unidades x R$ 12 = R$ 2.520

Dia 10: Devolução de compras em 08.04: 50 unidades

Entradas:

(-) Devolução de parte das Compra 1 = (50 unidades x R$ 12 = R$ 600)

Estoque:

EI = 200 unidades x R$ 10 = R$ 2.000

Compra 1 = 160 unidades x R$ 12 = R$ 1.920

Dia 12: Vendas de 150 unidades por R$ 22 a unidade

Saídas (Vamos baixar as mercadorias mais antigas):

Estoque inicial = 150 unidades x R$ 10 = R$ 1.500

Estoque:

EI = 50 x R$ 10 = R$ 500,00

Compra 1 = 160 unidades x R$ 12 = R$ 1.920

Dia 17: **Devolução de vendas de 10.04: 30 unidades**

Saídas (Vamos baixar as mercadorias mais antigas):

(-) Estoque inicial = 30 unidades x R$ 10 = R$ 300

Estoque:

EI = 80 x R$ 10 = R$ 800,00

Compra 1 = 160 unidades x R$ 12 = R$ 1.920

Dia 22: Compras de 150 unidades por R$ 15 a unidade

Entradas:

Compra 3 = 150 unidades x R$ 15 = R$ 2.250

Estoque final

EI = 80 x R$ 10 = R$ 800,00

Compra 1 = 160 unidades x R$ 12 = R$ 1.920

Compra 3 = 150 unidades x R$ 15 = R$ 2.250

Diante do exposto, temos em 30.04.X0:

CMV = R$ 1.500 - R$ 300 = R$ 1.200

Estoque final = R$ 800,00 + R$ 1.920 + R$ 2.250 = R$ 4.970

Gabarito: ANULADA

38. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Uma indústria fabrica um determinado produto cuja produção passa por dois departamentos até ser finalizada. Em junho de 2024 foram extraídos os seguintes dados dos controles internos dessa indústria:

	Departamento 1	Departamento 2
Saldo inicial	0	0
Unidades iniciadas em junho	100.000	80.000
Unidades finalizadas em junho	80.000	40.000
Matéria-prima (R$)	120.000	80.000
Matéria-prima (kg)	100	40
Mão - de - obra direta (R$)	140.000	100.000
Mão - de - obra direta (hora)	120	180
Estágio de fabricação	60%	10%

Os custos indiretos de fabricação totalizaram R$ 500.000 e são apropriados aos departamentos com base na quantidade de horas de mão-de-obra direta.

Considerando-se exclusivamente os dados acima e levando-se em consideração o conceito de equivalente de produção, o custo unitário da produção finalizada em junho de 2024 foi de

(A) R$ 15,91.

(B) R$ 20,00.

(C) R$ 22,00.

(D) R$ 25,00.

Comentários:

Departamento é uma unidade administrativa, representada por pessoas e máquinas que desenvolvem determinada atividade. O Departamento é um centro de custos, ou seja, **os custos indiretos são acumulados no departamento, e depois são atribuídos aos produtos**.

Os Departamentos podem ser classificados de duas formas:

a) Departamentos de produção, nos quais ocorre a atividade produtiva propriamente dita: corte, montagem, acabamento, pintura, forjaria, ou seja, são os departamentos que atuam diretamente na produção;
b) Departamentos de serviços, que prestam serviços aos departamentos de produção. Exemplo: manutenção, almoxarifado, Administração Geral da produção etc.

Normalmente, os custos acumulados nos departamentos de serviços são apropriados aos departamentos de produção

Após essa introdução, vamos aos cálculos:

Departamento 1

- Custo de produção = R$ 460.000

Matéria-prima = R$ 120.000

Mão - de - obra direta = R$ 140.000

CIF (Rateio dos CIFs com base na MOD) = 500.000 x [120/(180+120)] = 500.000 x 40% = R$ 200.000

- Equivalentes de produção = 92.000 unidades

80.000 unidades finalizadas

(100.000 unidades iniciadas - 80.000 unidades finalizadas) x estágio de 60% = 20.000 unidades x estágio de 60% = 12.000 unidades

Assim:

Custo unitário de produção departamento 1 = R$ 460.000/92.000 unidades = R$ 5

Departamento 2

- Custo de produção = R$ 880.000

Matéria-prima = R$ 80.000

Mão - de - obra direta = R$ 100.000

CIF (Rateio dos CIFs com base na MOD) = 500.000 x [120/(180+120)] = 500.000 x 60% = R$ 300.000

Departamento 1 = 80.000 unidades x R$ 5 = R$ 400.000

- Equivalentes de produção = 44.000 unidades

40.000 unidades finalizadas

(80.000 unidades iniciadas - 40.000 unidades finalizadas) x estágio de 10% = 40.000 unidades x estágio de 10% = 4.000 unidades

Assim:

Custo unitário de produção departamento 2 = R$ 880.000/44.000 unidades = R$ 20

Gabarito: B

39. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A empresa Montes Altos S.A., que planeja e controla seus custos utilizando o custo padrão, levantou as informações abaixo referentes ao mês de junho de 2024:

Itens	**Custo Padrão**	**Custo Real**
Matéria prima	20 kg a R$ 10,00/kg	19 kg a R$ 11,00/kg
Mão de obra direta	2 h a R$ 20,00/h	3h a R$ 18,00/h
Embalagem	10 folhas a R$ 1,00/folha	10 folhas a R$ 0,90/folha
Custos indiretos	R$ 30.000,00	R$ 32.000,00
Unidades produzidas	15.000	14.900

Considerando apenas as informações apresentadas, a variação de preço unitária da matéria prima foi, em reais, de

(A) R$ 19,00 desfavorável.

(B) R$ 19,00 favorável.

(C) R$ 20,00 desfavorável.

(D) R$ 20,00 favorável.

Comentários:

O quesito focou na matéria-prima (MP):

Itens	**Custo Padrão**	**Custo Real**
Matéria prima	20 kg a R$ 10,00/kg	19 kg a R$ 11,00/kg

Como MP é um custo variável, então podemos utilizar o Método XI:

	REAL	(-) PADRÃO	= VARIAÇÃO
Quantidade			
Preço ($)			
Total ($)			

O cálculo das variações de **quantidade** e **preço** formam um X. E o cálculo da **variação mista** forma um I.

	Real	Padrão	Diferença
Quantidade	19	20	-1
Preço ($)	10	11	1
Total			

Fica assim:

- Variação Volume = -1 x 11 = -11 Favorável
- **Variação Preço = 1 x 20 = 20 Desfavorável**
- Variação Mista = -1 x 1 = -1 Favorável

> Anteriormente (PGE-RO 2015), a banca FGV entendeu a variação mista dentro da variação preço, como alguns autores consideram mais correto. Todavia, a FGV mudou de entendimento nesta questão.

Gabarito: C

40. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A empresa Recife Contabilidade e Assessoria Ltda. oferece dois tipos de serviços contábeis: Legalização de Empresas e Escrituração Contábil. A empresa projeta os seguintes volumes anuais de serviços para cada categoria: Legalização de Empresas: 10 projetos por ano; Escrituração Contábil: 20 empresas por ano.

Os custos diretos e o preço cobrado por cada serviço são os seguintes:

Serviço	Custos Diretos	Preço do serviço
Legalização de Empresa	R$ 2.500 por projeto	R$ 10.000 por projeto
Escrituração Contábil	R$ 15.600 por empresa/ano	R$ 36.000 por empresa/ano

A empresa verificou que os custos indiretos, que totalizavam R$ 265.000 ao ano, se referiam às seguintes atividades:

• Captação de clientes: R$ 25.000 por ano

• Análise documental: R$ 50.000 por ano

• Elaboração e emissão de relatórios: R$ 190.000 por ano

A administração fez um levantamento dos direcionadores de custos anuais dessas atividades. São eles:

Direcionadores	Legalização de empresa		Escrituração contábil		Total
	Qtd	%	Qtd	%	
Tempo de captação de clientes (em horas)	12.960	60%	8.640	40%	21.600
Número de lotes de documentação analisada	9.225	25%	27.675	75%	36.900
Número de relatórios elaborados e emitidos	636	1%	62.964	99%	63.600

Diante desses dados, o custo total anual do serviço Legalização de Empresa usando o Custeio Baseado em Atividades

(ABC) é de

(A) R$ 31.900.

(B) R$ 54.400.

(C) R$ 29.400.

(D) R$ 47.821.

Comentários:

No Custeio ABC, inicialmente, os custos são apropriados aos departamentos de produção.

Depois, os custos de cada departamento são atribuídos para as atividades. Finalmente, os custos das atividades são apropriados aos produtos através dos direcionadores.

Direcionadores de custos são os fatores que determinam o custo de uma atividade; é o que causa o custo da atividade. Alguns exemplos dos direcionadores de custos são:

--- número de empregados

--- área ocupada

--- Tempo de mão de obra

--- tempo de máquina etc.

Após essa introdução, vamos aos cálculos:

Custos diretos

- Serviço de Legalização de Empresa = R$ 2.500 X 10 projetos por ano = R$ 25.000
- Serviço de Escrituração Contábil = R$ 15.600 X 20 empresas por ano = R$ 312.000

Custos indiretos

Pessoal, para resolvermos essa questão, será necessário utilizar os direcionadores de custos para podermos descobrir quanto iremos alocar de custo a cada produto.

1ª atividade: Captação de clientes: R$ 25.000 por ano

Direcionador de Custo = Tempo de captação de clientes (em horas)

- Serviço de Legalização de Empresa = R$ 25.000 X 60% = R$ 15.000
- Serviço de Escrituração Contábil = R$ 25.000 X 40% = R$ 10.000

2ª atividade: Análise documental: R$ 50.000 por ano

Direcionador de Custo = Número de lotes de documentação analisada

- Serviço de Legalização de Empresa = R$ 50.000 X 25% = R$ 12.500
- Serviço de Escrituração Contábil = R$ 50.000 X 75% = R$ 37.500

3ª atividade: Elaboração e emissão de relatórios: R$ 190.000 por ano

Direcionador de Custo = Número de relatórios elaborados e emitidos

- Serviço de Legalização de Empresa = R$ 190.000 X 1% = R$ 1.900
- Serviço de Escrituração Contábil = R$ 190.000 X 99% = R$ 188.100

Custo Total

- **Serviço de Legalização de Empresa = R$ 25.000 + R$ 15.000 + R$ 12.500 + R$ 1.900 = R$ 54.400**
- Serviço de Escrituração Contábil = = R$ 312.000 + R$ 10.000 + R$ 37.500 + R$ 188.100 = R$ 547.600

Gabarito: B

41. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Um analista realizou a análise horizontal do balanço patrimonial de dois supermercados com a finalidade de recomendar o investimento em um deles.

Um fato que pode ser constatado diretamente por meio dessa análise é

(A) a diminuição das despesas de salários.

(B) o aumento das obrigações com terceiros.

(C) a mudança na composição do resultado obtido.

(D) a abrangência do ativo circulante em relação ao total do ativo.

Comentários:

Análise Horizontal

A análise Horizontal também é conhecida como análise de tendência ou dinâmica. O objetivo da Análise Horizontal é demonstrar o comportamento de itens do Balanço e da Demonstração do Resultado através do tempo. Na sua elaboração, consideramos o primeiro período como base 100, e apuramos o percentual de evolução dos períodos seguinte. Exemplo:

Análise Horizontal	Ano 1	A.H.	Ano 2	A.H	Ano 3	A.H
Vendas	$ 2.200	100	$ 3.000	136	$ 3.200	145

O primeiro ano da série tem índice 100.

Segundo ano: $\frac{3000}{2200} \times 100 = 136$

Terceiro ano: $\frac{3200}{2200} \times 100 = 145$

Normalmente, o símbolo % é omitido, na análise Horizontal.

A análise horizontal pode ser feita por qualquer período de tempo: Ano, trimestres, meses, etc.

O quesito trouxe os seguintes exemplos de uso:

- a diminuição das despesas de salários.
- o aumento das obrigações com terceiros.

Análise Vertical

A Análise Vertical também conhecida como análise da estrutura ou análise estática. Ela indica a estrutura das demonstrações contábeis, através de coeficientes de participações, bem como a sua evolução no tempo.

No balanço Patrimonial, os coeficientes são calculados em função do total do Ativo e total do Passivo + PL. Na Demonstração do Resultado, usa-se a Receita Líquida como base (Índice 100).

O quesito trouxe os seguintes exemplos de uso:

- a mudança na composição do resultado obtido.
- a abrangência do ativo circulante em relação ao total do ativo.

Dica:

- Análise Horizontal -> EVOLUÇÃO/COMPORTAMENTO através do tempo
- Análise Vertical -> ESTRUTURA/ COMPOSIÇÃO

Após essa revisão, julguemos as alternativas:

(A) a diminuição das despesas de salários.

Observa-se uma análise da evolução/comportamento através do tempo. Logo, estamos aplicando a análise horizontal. Todavia, o quesito quer um exemplo que possua como fonte o balanço patrimonial.

Como as despesas são contas de resultado, teremos análise horizontal das DREs. Alternativa errada.

Essa foi maldosa e pegou muitos candidatos. Portanto sempre fique atento se o quesito troca as características da análise vertical pela horizontal. Adicionalmente, fique atento se o quesito troca as informações extraídas em cada demonstração.

(B) o aumento das obrigações com terceiros.

Observa-se uma análise da evolução/comportamento através do tempo. Logo, estamos aplicando a análise horizontal. Recordamos que obrigações com terceiros são passivos, ou melhor, contas patrimoniais. Assim o balanço patrimonial será utilizado. Esse é o nosso gabarito.

(C) a mudança na composição do resultado obtido.

Falou em estrutura/composição, então é análise vertical. Outro erro, é aplicada na DRE e não no Balanço patrimonial. Alternativa errada.

(D) a abrangência do ativo circulante em relação ao total do ativo.

Falou em estrutura/composição, então é análise vertical. Alternativa errada.

Gabarito: B

42. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em 31/12/2023, um supermercado apresentava os seguintes saldos em seu Balanço Patrimonial:

Clientes (60 dias):.....R$ 20.000;

Estoque de produtos não perecíveis: .....R$ 30.000;

Estoque de produtos com data de validade de até 90 dias:.....R$ 40.000;

Disponibilidades:.....R$ 50.000;

Estoque de produtos com data de validade de 91 a 360 dias: .....R$ 60.000;

Fornecedores (90 dias): .....R$ 70.000;

Empréstimos (720 dias): .....R$ 130.000;

Móveis e utensílios: .....R$ 150.000;

Patrimônio Líquido: ..... R$ 150.000.

A liquidez imediata do supermercado em 31/12/2023 foi de

(A) 0,71.

(B) 1,00.

(C) 1,29.

(D) 0,25.

Comentários:

O Índice de Liquidez Imediata (também conhecida como Liquidez Instantânea) é o mais rigoroso dos índices de liquidez. Avalia a capacidade de a empresa pagar suas dívidas de imediato, com os valores que possui disponíveis. As disponibilidades incluem caixa e equivalente de caixa (depósitos bancários, aplicações de curto prazo etc.), ou seja, são as aplicações que podem ser convertidas imediatamente em dinheiro sem alteração significativa do seu valor.

Liquidez Imediata = Disponibilidades / Passivo Circulante

Se a LI da empresa for de 1,2 ou 120%, podemos dizer que a empresa possui R$ 1,20 reais em disponibilidades para cada real de dívida, a curto prazo.

Antes, classifiquemos as contas conforme o grupo patrimonial:

- ATIVO CIRCULANTE

Disponibilidades:.....R$ 50.000;

Clientes (60 dias):.....R$ 20.000;

Estoque de produtos não perecíveis: .....R$ 30.000;

Estoque de produtos com data de validade de até 90 dias:.....R$ 40.000;

Estoque de produtos com data de validade de 91 a 360 dias: .....R$ 60.000;

- ATIVO NÃO CIRCULANTE

Móveis e utensílios: .....R$ 150.000;

- PASSIVO CIRCULANTE

Fornecedores (90 dias): .....R$ 70.000;

- PASSIVO NÃO CIRCULANTE

Empréstimos (720 dias): .....R$ 130.000;

- Patrimônio Líquido: ..... R$ 150.000

Resolvendo, temos:

$$\text{LI} = \frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo Circulante}} = \frac{50.000}{90.000} = 0{,}71$$

Gabarito: A

43. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em 01/01/2024, o Governo de um Estado assinou um contrato com uma entidade terceirizada para a construção de uma nova linha de metrô. De acordo com o contrato, o Governo deverá pagar R$ 800 milhões ao longo de dez anos, e a obra tem previsão de duração de 4 anos.

No momento da assinatura do contrato, o impacto no Balanço Patrimonial do Governo será:

(A) nenhum.

(B) aumento e diminuição de R$ 800 milhões no ativo.

(C) aumento de R$ 800 milhões no ativo e no passivo.

(D) diminuição de R$ 800 milhões no ativo e no patrimônio líquido.

Comentários

Meus queridos, o ponto chave desse enunciado está consiste no impacto causado no balanço patrimonial no momento da assinatura desse contrato e já adianto que, por se tratar de um ato contábil, essa operação, de antemão, não será evidenciada na mencionada demonstração contábil. Nesse sentido, podemos assinalar a **letra (A)** sem medo algum. Entretanto, por questões de didática, vejamos como essa assinatura se dá em função do seu registro na contabilidade pública conforme determina o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP):

Registros Contábeis de Acordo Com o PCAPS

*Para fins deste manual, **será tratada a contabilização apenas dos contratos de concessão administrativa e patrocinada**. Os registros contábeis apresentados contemplam os principais aspectos abordados neste capítulo e deverão ser realizados de acordo com o caso concreto.*

Assinatura do contrato de PPP

Natureza do registro: controle

D 7.1.2.3.x.xx.xx Obrigações Contratuais – PPP

C 8.1.2.3.x.xx.xx Execução de Obrigações Contratuais – PPP a Executar

Gabarito: A

44. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) De acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP), entre os objetivos do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público está distinguir os registros de natureza patrimonial, orçamentária e de controle.

A natureza de informação de controle registra, processa e evidencia os atos de gestão com função específica de controle, bem como aqueles

(A) cujos efeitos são apenas de longo prazo.

(B) relacionados ao planejamento e à execução orçamentária.

(C) cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público.

(D) relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas.

Comentários

Nobres, essa questão exigiu conhecimentos a respeito do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP), mais precisamente sobre as definições das naturezas das informações contábeis. De posse desse entendimento, o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) elenca que o PCASP está estruturado em três naturezas de informação: (a) orçamentária, (b) patrimonial e (c) de controle.

Considerando esse entendimento, temos que:

***a. Natureza de Informação Orçamentária**: registra, processa e evidencia os atos e os fatos relacionados ao planejamento e à execução orçamentária*.

***b. Natureza de Informação Patrimonial**: registra, processa e evidencia os fatos financeiros e não financeiros relacionados com a composição do patrimônio público e suas variações qualitativas e quantitativas*.

c. Natureza de Informação de Controle**: registra, processa e evidencia os atos de gestão cujos efeitos possam produzir modificações no patrimônio da entidade do setor público, bem como aqueles com funções específicas de controle*. ***[grifos nossos]

Logo, como o enunciado solicita a definição sobre a natureza de controle, vejamos cada afirmativa.

a. **Errado**. Essa alternativa não possuí qualquer relação com o solicitado pelo enunciado.

b. **Errado**. Essa definição está relacionada com a natureza de informação orçamentária.

c. **Certo**. De fato, conforme podemos perceber, a natureza de controle busca apresentar as modificações causadas no patrimônio das entidades do setor público, através dos atos de gestão.

d. **Errado**. Essa definição está relacionada com a natureza de informação patrimonial.

Gabarito: C

45. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) As receitas orçamentárias podem ser classificadas como Receitas Correntes e Receitas de Capital.

Assinale a opção que indica apenas receitas correntes.

(A) patrimonial e agropecuária.

(B) patrimonial e alienação de bens.

(C) operações de crédito e agropecuária.

(D) alienação de bens e operações de crédito.

Comentários

Galeritcha, muito cuidado nessa questão, pois temos uma verdadeira casca de banana que o examinador colocou no enunciado. Mas, antes de verificarmos essa situação, precisamos relembrar as espécies que fazem parte das categorias econômicas da receita corrente e da receita de capital. Nesse sentido, a Lei nº 4.320/64 traz que:

***Art. 11, § 1º** - São **Receitas Correntes** as **receitas tributária**, de **contribuições**, **patrimonial**, **agropecuária**, **industrial**, **de serviços** e outras **e**, ainda, **as provenientes de recursos financeiros recebidos de outras pessoas de direito público ou privado**, quando destinadas a atender despesas classificáveis em Despesas Correntes.*

Art. 11, § 2º** - São **Receitas de Capital** as provenientes da **realização de recursos financeiros oriundos de constituição de dívidas**; **da conversão**, **em espécie**, **de bens e direitos**; os **recursos recebidos de outras pessoas de direito público ou privado, destinados a atender despesas classificáveis em Despesas de Capital** e, ainda, o superavit do Orçamento Corrente.* ***[grifos não constantes no original]

Vejamos, abaixo, um quadro que irá sintetizar as categorias econômicos da receita e suas origens, com destaque a um mnemômico que salva a vida no momento de realização da prova.

Receitas Correntes	Receitas de Capital
Tributária	**Opera**ções de Crédito
Contribuições	**Ali**enação de Bens
Patrimonial	**Amor**tização de Empréstimos
Agropecuária	**Trans**ferências de Capital
Industrial	**Ou**tras Receitas de Capital
Serviços	
Transferências Correntes	
Outras Receitas Correntes	

Correntes: Tri Co PAIS Trans Ou

De Capital: Opera Ali Amor Trans Ou

Baseado na teoria explanada, podemos retornar ao enunciado. A pegadinha embutida nessa questão é a seguinte: se analisarmos rapidamente o enunciado, podemos ser levados ao erro, pelo fato de que o examinador trouxe que as receitas orçamentárias podem ser classificadas como correntes e de capital, ou seja, se analisarmos somente esse trecho do enunciado proposto, chegaremos na **letra (B)** como resposta, mas está **errada**. Perceba, portanto, que o examinador solicita somente receitas correntes. Com isso, vamos analisar cada afirmativa.

a. **Certo**. De fato, nessa alternativa há somente receitas correntes apresentadas (patrimonial e agropecuária) satisfazendo, portanto, o pedido pelo comando dessa questão.

b. **Errado**. Conforme havia dito anteriormente, se analisássemos rapidamente, poderíamos ser levados a assinalarmos essa afirmativa, porém, ela nos apresenta uma receita corrente (receita patrimonial) e uma receita de capital (alienação de bens).

c. **Errado**. Essa alternativa apresenta uma receita de capital (operações de crédito) e uma receita corrente (agropecuária), não satisfazendo o comando pedido pela questão.

d. **Errado**. Nessa afirmativa, houve a apresentação de duas receitas de capital (alienação de bens e operações de crédito), o que vai de encontro ao solicitado pelo enunciado.

Gabarito: A

46. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) Em relação a compliance, analise as afirmativas abaixo:

I. Compliance é a busca permanente de coerência entre aquilo que se espera de uma organização e o que ela, de fato, pratica no dia a dia.

II. O programa de compliance de uma organização deve abranger um conjunto de mecanismos e procedimentos, políticas, diretrizes, código de conduta, canal de denúncias e demais instrumentos com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios de conduta, fraudes, atos de corrupção, lavagem de dinheiro, atos ilícitos praticados contra a administração pública, dentre outras questões.

III. Os auditores externos (independentes) devem se comprometer e apoiar o fomento da cultura ética e o fortalecimento do programa de compliance da organização que auditam.

IV. O comitê de auditoria estatutário deve declarar ostensiva e publicamente a importância dos valores e das políticas que compõem o programa de compliance da organização, atuando sempre de maneira inequívoca e coerente com aquilo que pregam.

Estão corretas as afirmativas

(A) I, II e III.

(B) II e IV, apenas.

(C) I e II, apenas.

(D) III e IV, apenas.

Comentários:

I. Compliance é a busca permanente de coerência entre aquilo que se espera de uma organização e o que ela, de fato, prática no dia a dia. Item correto.

II. O programa de compliance de uma organização deve abranger um conjunto de mecanismos e procedimentos, políticas, diretrizes, código de conduta, canal de denúncias e demais instrumentos com o objetivo de prevenir, detectar e sanar desvios de conduta, fraudes, atos de corrupção, lavagem de dinheiro, atos ilícitos praticados contra a administração pública, dentre outras questões. Item correto.

III. Os auditores externos (independentes) devem se comprometer e ~~apoiar o fomento da cultura ética~~ e o fortalecimento do programa de compliance da organização que auditam. Item errado.

IV. O comitê de auditoria estatutário deve declarar ~~ostensiva~~ e ~~publicamente~~ a importância dos valores e das políticas que compõem o programa de compliance da organização, ~~atuando sempre de maneira inequívoca~~ e coerente com aquilo que pregam. Item errado.

Gabarito: C

47. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração define os objetivos e elementos essenciais dos serviços de auditoria, destacando a importância de uma abordagem sistemática e disciplinada na emissão de opiniões.

Os dois tipos de trabalho de asseguração são

(A) a Direta e a Indireta.

(B) a Limitada e a Direta.

(C) a Razoável e a Indireta.

(D) a Limitada e Razoável.

Comentários:

Trabalho de asseguração é o trabalho no qual o auditor independente visa obter evidências apropriadas e suficientes para expressar sua conclusão, de forma a aumentar o grau de confiança dos usuários previstos sobre o resultado da mensuração ou avaliação do objeto, de acordo com os critérios que sejam aplicáveis.

Os dois tipos de trabalho de asseguração são a Limitada e Razoável. Vejamos os itens 14 e 15 da NBC TA Estrutura Conceitual para Trabalhos de Asseguração:

> Trabalho de asseguração razoável e trabalho de asseguração limitada
>
> 14. No trabalho de asseguração razoável, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível aceitavelmente baixo nas circunstâncias do trabalho como base para a sua conclusão. A conclusão do auditor independente é expressa de forma que transmita a sua opinião sobre o resultado da mensuração ou avaliação de determinado objeto de acordo com os critérios aplicáveis.
>
> 15. No trabalho de asseguração limitada, o auditor independente reduz o risco do trabalho para um nível que é aceitável nas circunstâncias do trabalho, mas que ainda é maior do que

> para um trabalho de asseguração razoável. Dessa forma, sua conclusão deve transmitir se, com base nos procedimentos realizados e evidências obtidas, algum assunto chegou ao seu conhecimento de forma a levá-lo a acreditar que a informação do objeto está relevantemente distorcida. A natureza, a época e a extensão dos procedimentos executados no trabalho de asseguração limitada são restritos (menos extensos), quando comparados com os que são necessários no trabalho de asseguração razoável, mas são planejados para obter um nível de segurança que seja, no julgamento profissional do auditor independente, significativo. Para que seja significativo, o nível de segurança obtido pelo auditor deve ser capaz de aumentar a confiança dos usuários previstos sobre a informação do objeto em nível que seja mais do que irrelevante.

Gabarito: D

48. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) O auditor João Batista, ao realizar um trabalho de auditoria para a AXT Ltda., constatou deficiências no controle interno da entidade e, ao aplicar testes, verificou que tais deficiências eram significativas, individualmente ou em conjunto.

Considerando os postulados da NBC TA 265 – COMUNICAÇÃO DE DEFICIÊNCIAS DE CONTROLE INTERNO, o procedimento adequado a ser seguido por João Batista nessa situação é

(A) declarar isenção por se tratar de assuntos internos da entidade.

(B) confrontar diretamente o Controle Interno.

(C) reportar por escrito as deficiências encontradas tempestivamente a administração.

(D) registrar em ata, e divulgar ao término da auditoria.

Comentários:

Essa questão aborda o item 9 dessa norma:

> 9. O auditor deve comunicar tempestivamente por escrito as deficiências significativas de controle interno identificadas durante a auditoria aos responsáveis pela governança (ver itens A12 a A18 e A27).

O restante das alternativas foge do escopo da norma.

Gabarito: C

49. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A perícia contábil é essencial para garantir uma solução justa e fundamentada em litígios, tanto judiciais quanto extrajudiciais, ao fornecer uma análise técnica e científica acerca dos fatos envolvidos.

De acordo com a NBC TP 01 – PERÍCIA CONTÁBIL, o principal objetivo da perícia contábil no contexto judicial e extrajudicial é

(A) avaliar o desempenho financeiro das empresas envolvidas no litígio.

(B) fornecer elementos de prova necessários para subsidiar a justa solução do litígio.

(C) estabelecer a culpa das partes envolvidas no processo.

(D) emitir pareceres financeiros para fins de auditoria interna.

Comentários:

O item 2 dessa norma, explica que a perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos **destinados a levar à instância decisória elementos de prova necessários a subsidiar à justa solução do litígio**, mediante laudo pericial contábil e/ou parecer pericial contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente.

A perícia contábil, tanto a judicial como a extrajudicial, é de competência exclusiva de contador registrado em Conselho Regional de Contabilidade. Entende-se como perícia judicial aquela exercida sob a tutela da justiça. A perícia extrajudicial é aquela exercida no âmbito arbitral, estatal ou voluntária. (item 4)

Gabarito: B

50. (FGV/Exame de Suficiência/2024.2) A sociedade empresária "Alfa e Ômega Ltda." é uma sociedade limitada composta por três sócios: João, Maria e Pedro. Os percentuais de participação no capital social são os seguintes: João 40%, Maria 35%, e Pedro 25%. A sociedade empresária está avaliada com os seguintes valores em 31 de dezembro de 20XX:

Ativo Circulante: .....R$ 1.200.000;

Ativo Não Circulante: .....R$ 2.500.000;

Passivo Circulante: .....R$ 800.000;

Passivo Não Circulante:.....R$ 1.000.000;

Patrimônio Líquido (excluindo o goodwill): .....R$ 1.900.000.

Recentemente, foi acordado que Pedro deixará a sociedade. De acordo com o contrato social, a apuração de haveres deve considerar o valor de mercado dos ativos, incluindo o valor do goodwill da empresa, que foi avaliado em R$ 500.000. Além disso, o contrato prevê um deságio de 10% sobre o valor de mercado total apurado, considerando riscos associados ao futuro da empresa.

Nesse caso, (i) o valor total de mercado da empresa antes de aplicar o deságio, (ii) o valor líquido de mercado da empresa após aplicar o deságio, (iii) o valor dos haveres de Pedro, considerando sua participação na sociedade e o valor líquido apurado da empresa e (iv) se Pedro também tivesse um empréstimo pessoal de R$ 150.000 junto à empresa, o valor final a ser recebido por ele após a compensação deste empréstimo seriam, respectivamente,

(A) (i) R$ 2.400.000 / (ii) R$ 2.160.000 / (iii) R$ 540.000 / (iv) R$ 390.000.

(B) (i) R$ 1.400.000 / (ii) R$ 1.260.000 / (iii) R$ 315.000 / (iv) R$ 165.000.

(C) (i) R$ 1.900.000 / (ii) R$ 1.710.000 / (iii) R$ 427.500 / (iv) R$ 227.500.

(D) (i) R$ 1.400.000 / (ii) R$ 1.260.000 / (iii) R$ 315.000 / (iv) R$ 465.000.

Comentários:

Questão que trata de apuração de haveres:

O saldo inicial do Patrimônio Líquido é de R$ 1.900.000, agora, temos que fazer os ajustes no balanço de determinação:

(i) o valor total de mercado da empresa antes de aplicar o deságio

Patrimônio Líquido (excluindo o goodwill): .....R$ 1.900.000.

(+) Goodwill..... R$ 500.000.

=..... R$ 2.400.000.

Aqui já poderíamos marcar a letra A como gabarito. Para fins didáticos, vejamos o restante:

(ii) o valor líquido de mercado da empresa após aplicar o deságio,

PL ao valor de mercado..... R$ 2.400.000.

(-) Deságio (10%).....R$ 240.000.

= PL após o deságio..... R$ 2.160.000.

(iii) o valor dos haveres de Pedro, considerando sua participação na sociedade e o valor líquido apurado da empresa e

Basta aplicar o percentual de participação do sócio excluído sobre o Patrimônio Líquido Ajustado, vejam:

= PL após o deságio..... R$ 2.160.000.

(x) Os percentuais de participação no capital social de Pedro..... 25%

=..... R$ 540.000

(iv) se Pedro também tivesse um empréstimo pessoal de R$ 150.000 junto à empresa, o valor final a ser recebido por ele após a compensação deste empréstimo seriam, respectivamente,

Basicamente, vamos subtrair o valor do suposto empréstimo do valor dos haveres de Pedro:

= PL após o deságio..... R$ 2.160.000.

(x) Os percentuais de participação no capital social de Pedro..... 25%

=..... R$ 540.000

(-) empréstimo pessoal de R$ 150.000 junto à empresa..... R$ 150.000

=..... R$ 390.000

Gabarito: A

GABARITO

CONTADOR - TIPO 1																			
1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20
C	A	B	A	C	C	B	D	D	B	A	D	C	D	D	D	C	D	A	A
21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40
D	B	C	A	C	D	A	B	B	A	D	D	C	C	D	D	*	B	C	B
41	42	43	44	45	46	47	48	49	50										
B	A	A	C	A	C	D	C	B	A										